

Jornal da ABI

Órgão oficial da Associação Brasileira de Imprensa

Novembro/Dezembro de 2005 • Número 303

A dureza de fazer caderno infantil

Há quem pense que não, mas dá um bruto trabalho fazer jornal para os baixinhos, produzir os suplementos infantis, como revelam os profissionais que os bolam e editam.

Páginas 3, 4 e 5.

Edifício-sede da ABI, uma atração para os europeus

Estudantes portuguesas e arquitetos holandeses deslumbram-se ao percorrer o Edifício Herbert Moses, sede da ABI.

Página 24

Volta a censura, por via judicial

A Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa da ABI denuncia a volta da censura, resuscitada por decisões judiciais.

Página 20

A TV digital, tema em debate

Declaração debatida no Conselho Deliberativo da ABI questiona a visão puramente técnica da decisão sobre a TV digital.

Página 20



HONRA NÃO TEM PREÇO

O Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal, desfere duro golpe na chamada "indústria do dano moral", ao sustentar que a honra não pode ser tabelada, como fez a Lei de Imprensa, nem servir para enriquecer os que propõem esse tipo de ação.

Página 16

As mulheres lideram os prêmios de jornalismo

Elas estão liderando mesmo: Renata Lo Prete, da *Folha de S. Paulo*, e Délis Ortiz, da TV Globo, abocanharam os principais prêmios de jornalismo em 2005, o Esso cinqüentão e o Embratel.

Páginas 10 e 11.



Renata: com duas entrevistas, detonou uma crise que, como 1968, não terminou.

RODRIGO LOPES - DIVULGAÇÃO ESSE

Esporte, uma cobertura que dá vertigem

Quem diz é o mestre da grande área, o maior dos cronistas esportivos, Armando Nogueira: a cobertura esportiva é uma atividade trepidante e vertiginosa.

Página 13

SUPLEMENTO ESPECIAL

As homenagens da ABI a Vladimir Herzog

EDITORIAL

Uma “indústria” imoral

A entrevista do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal, que o Jornal da ABI publica nesta edição contempla uma questão crucial para o exercício da liberdade de imprensa no País, qual seja a leviandade com que têm sido ajuizadas ações de dano moral contra jornalistas e a ligeireza com que estas têm sido decididas no Poder Judiciário, especialmente na primeira instância, na qual magistrados despreparados têm proferido sentenças que constituem verdadeiras aberrações.

Com a autoridade do Presidente da principal instância judiciária do País, abaixo apenas do Supremo Tribunal Federal, ao qual se reserva o papel de suprema corte constitucional, o Ministro Edson Vidigal põe o dedo na ferida de abusos que o STJ tem corrigido, ao fixar o entendimento de que a indenização por dano moral “não pode ser fator de enriquecimento e deve guardar uma proporcionalidade com a suposta calúnia, injúria ou difamação”. Ele repele também a idéia de que seja adequado instituir faixas e limites para a fixação de indenização por dano moral, como previsto em projeto de lei em tramitação no Congresso, porque isto seria tabelar a honra, bem insuscetível de avaliações pecuniárias.

Estimativas ainda que carentes de rigor, pela impossibilidade de levantamento de todos os casos de ações por dano moral em curso no País, indicam que há algo em torno de mais de 2 mil feitos desse gênero, em que os autores postulam indenizações não apenas com olho grosso e pidão na possível indenização a ser fixada, mas sobretudo com o objetivo de inibir a liberdade de informação, como quem adverte os jornalistas e os meios de comunicação sobre o risco que correm, em termos monetários, na busca da verdade e sua divulgação.

Esse é o principal dano causado ao Estado Democrático de Direito por essas ações e pelas sentenças delas derivadas: o de restringir ou condicionar o exercício da liberdade de informação, pela disseminação, nas redações dos jornais e dos meios eletrônicos de comunicação, do medo de que a divulgação de determinados textos e ilustrações possa gerar ações de conseqüências expropriatórias, como já tem ocorrido e é lembrado pelo Ministro Edson Vidigal.

O Estado Democrático de Direito não permite tais demasias, tantas agressões à liberdade. É hora de o próprio Poder Judiciário lhes opor um basta.

NESTA EDIÇÃO

Dá grande trabalho fazer jornal para os baixinhos	3
A imprensa detrás das grades	5
Artigo: Não Matarás	6
Artigo: Natal e paz ecumênica	6
O nº 1 do Esso	7
Deputado protesta na Câmara contra sufoco do Poder à ABI	9
Adroaldo propõe dotações para atividades culturais da ABI	9
As mulheres lideram os Prêmios Esso e Embratel	10
Uma vida em DVD: Tancredo	11
Artigo: O golpe da legalidade	12
“Uma atividade trepidante e vertiginosa”	13
Fala Edison Vidigal: A honra é “intabelável”	16
Turismo premia quem o promove	17
ABI denuncia caso de agressão	18
BB retém o que deve a Nequete	18
Mário Alves: enfim, uma reparação moral	19
Mutirão em defesa de Lúcio Flávio Pinto	19
A ABI condena a ressurreição da censura por decisão judicial	20
“A TV digital não é uma questão técnica”	20
Prefeito de Cataguases persegue jornalista	21
Prefeitura de Niterói acusada por jornais	21
Em debate a classificação indicativa da TV	22
Faz 70 anos a Casa fundada por Érico	23
Um retrato da mulher no mundo em 2005	23
Sede da ABI visitada por portuguesas e holandeses	24
Livros: Um longo olhar sobre a Revolução de 30	25
Mãos limpas na Biblioteca	26
Apenas sussurros contra a desigualdade social	26
Vidas: Alaor, Bahia, Flores, Jacinto, Rogério	27
E por falar em Zumbi	28



Associação Brasileira de Imprensa

DIRETORIA – MANDATO 2004/2007

Presidente: Maurício Azêdo

Vice-Presidente: Audálio Dantas

Diretora Administrativa: Ana Maria Costáble Soibelman

Diretor Econômico-Financeiro: Domingos Meirelles

Diretor de Cultura e Lazer: Jesus Chediak

Diretor de Assistência Social: Paulo Jerônimo de Souza (Pajê)

Diretora de Jornalismo: Joseti Marques

CONSELHO CONSULTIVO

Chico Caruso, Ferreira Gullar, José Aparecido de Oliveira,

Miro Teixeira, Teixeira Heizer, Ziraldo e Zuenir Ventura

CONSELHO FISCAL

Jesus Antunes – Presidente, Miro Lopes – Secretário,

Adriano Barbosa, Hélio Mathias, Henrique João Cordeiro Filho,

Jorge Saldanha e Luiz Carlos Oliveira Chester

CONSELHO DELIBERATIVO (2004-2005)

Presidente: Ivan Cavalcanti Proença

1º Secretário: Carlos Arthur Pitombeira

2º Secretário: Domingos Xisto da Cunha

Conselheiros efetivos (2005-2008)

Alberto Dines, Amicucci Gallo, Ana Maria Costáble, Araquém

Moura Rouliex, Arthur José Poerner, Audálio Dantas, Carlos

Arthur Pitombeira, Conrado Pereira, Ely Moreira, Fernando

Barbosa Lima, Joseti Marques, Mário Barata, Maurício Azêdo,

Milton Coelho da Graça e Ricardo Kotscho

Conselheiros efetivos (2004-2007)

Antonieta Vieira dos Santos, Arthur da Távola, Cid Benjamin,

Flávio Tavares, Fritz Utzeri, Hérís Arnt, Irene Cristina Gurgel do

Amaral, Ivan Cavalcanti Proença, José Gomes Talarico, José

Rezende, Marceu Vieira, Paulo Jerônimo, Roberto M. Moura,

Sérgio Cabral e Teresinha Santos

Conselheiros efetivos (2003-2006)

Antonio Roberto da Cunha, Aristélio Travassos de Andrade,

Arnaldo César Ricci Jacob, Carlos Alberto Caó Oliveira dos

Santos, Domingos João Meirelles, Fichel Davit Chargel, Glória

Sueli Alvarez Campos, João Máximo, Jorge Roberto Martins,

Lênin Novaes de Araújo, Moacir Andrade, Nilo Marques Braga,

Octávio Costa, Vitor Iorio e Yolanda Stein

Conselheiros suplentes (2005-2008)

Anísio Félix dos Santos, Edgard Catoira, Francisco de Paula

Freitas, Geraldo Lopes, Itamar Guerreiro, Jarbas Domingos Vaz,

José Amaral Argolo, José Pereira da Silva, Lêda Acquarone,

Manolo Epelbaum, Maria do Perpétuo Socorro Vitarelli, Pedro

do Coutto, Sidney Rezende, Sílvio Paixão e Wilson S. J.

Magalhães

Conselheiros suplentes (2004-2007)

Adalberto Diniz, Aluísio Maranhão, Ancelmo Gois,

André Louzeiro, Jesus Chediak, José Silvestre Gorgulho,

José Louzeiro, Lílian Nabuco, Luarlindo Ernesto,

Marcos de Castro, Mário Augusto Jakobskind,

Marlene Custódio, Maurílio Ferreira e Yaci Nunes

Conselheiros suplentes (2003-2006)

Antônio Avellar C. Albuquerque, Antônio Calegari, Antônio

Henrique Lago, Antonio Roberto Salgado da Cunha, Domingos

Augusto G. Xisto da Cunha, Hildeberto Lopes Aleluia, José

Carlos Rego, Lorimar Macedo Ferreira, Luiz Carlos de Souza,

Marco Aurélio B. Guimarães, Marcus Antônio M. de Miranda,

Mauro dos Santos Vianna, Pery de Araújo Cotta, Rogério

Marques Gomes, Rosângela Soares de Oliveira e Rubem

Mauro Machado

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Ely Moreira – Presidente, Jarbas Domingos Vaz, José Ernesto

Vianna, Maria Ignez Duque Estrada Bastos e Maurílio Cândido

Ferreira

COMISSÃO DE ÉTICA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Alberto Dines, Artur José Poerner, Cicero Sandroni, Ivan Alves

Filho e Paulo Totti

COMISSÃO DE LIBERDADE DE IMPRENSA E DIREITOS HUMANOS

Arthur Cantalice, Arthur Nery Cabral, Daniel de Castro,

Germando Oliveira Gonçalves, Gilberto Magalhães, Lucy Mary

Carneiro, Maria Cecília Ribas Carneiro, Mário Augusto

Jakobskind, Martha Arruda de Paiva, Orpheu Santos Salles,

Wilson de Carvalho, Wilson S. J. Magalhães e Yaci Nunes

Jornal da ABI

Rua Araújo Porto Alegre, 71, 7º andar

Telefone: (21) 2220-3222/2282-1292 Cep: 22.030-012

Rio de Janeiro - RJ (jornal@abi.org.br)

Editores: Francisco Ucha, Joseti Marques e Maurício Azêdo

Projeto gráfico, diagramação e

editoração eletrônica: Francisco Ucha

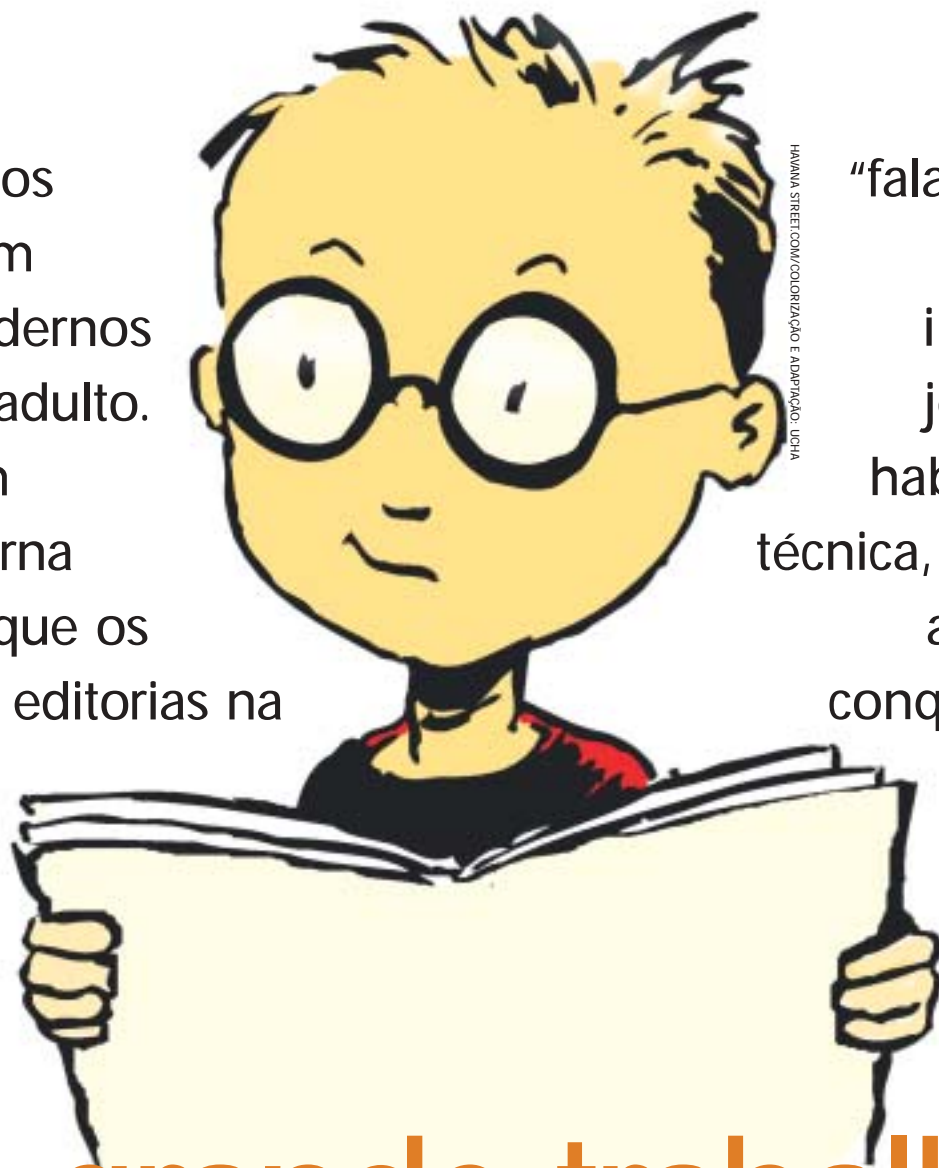
Diretor responsável: Maurício Azêdo

Impressão: Gráfica Lance

Rua Santa Maria, 47 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ.

As reportagens e artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do **Jornal da ABI**.

Eles são considerados os “caderninhos”, em comparação aos cadernos dedicados ao leitor adulto. Mas o fato de serem pequenos não os torna menos trabalhosos que os produtos das outras editorias na definição de pautas, reportagens e fechamento. Para



HAVANA STREET.COM/COLORIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO: UCHA

“falar” com a criançada, os suplementos infantis exigem dos jornalistas, além da habitual competência técnica, uma sensibilidade a mais para atrair e conquistar aqueles que formarão o público do jornal no futuro.

Dá grande trabalho fazer jornal para OS BAIXINHOS

Além da competência técnica, os suplementos infantis exigem especial sensibilidade dos que os produzem.

Geralmente publicados no formato tablóide e encartados nos grandes jornais nos finais de semana, os cadernos infantis estimulam cada dia mais a interação com seu público. Muitas vezes, a participação das crianças é tão intensa que elas acabam até sugerindo as matérias de capa – como é o caso do *Globalinho*, no Rio de Janeiro.

Nem sempre, porém, eles são editados com formato e linha editorial bem definidos. Esta, ao menos, foi a conclusão a que chegou a pesquisa *Esqueceram de Mim*, realizada em 2002 pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi): em quase 35% das

138 edições analisadas, não foi possível identificar o público a que elas se dirigiam.

– Não conheço essa pesquisa, mas concordo em que muitos suplementos para crianças deixam a desejar. Acabam entrando no consumismo, no modismo puro e simples, sem a responsabilidade didática e pedagógica que, a meu ver, é primordial em qualquer veículo destinado à garotada. Por questões éticas, no entanto, não posso entrar em detalhes – diz Jorge Santos, editor de suplementos do *Estado de Minas*, entre os quais se inclui o caderno infantil *Gurilândia*. Para ele, os departamentos comerciais e de mar-

keting dos jornais ainda subestimam o público infanto-juvenil, ao contrário do que acontece na televisão, nas gravadoras e nas editoras de livros.

Marcos Nogueira de Sá, Diretor Comercial de *O Estado de S. Paulo*, que publica o *Estadinho*, pensa diferente e acha que os jornais investem sim nos suplementos infantis, produtos que formam leitores: – Este é também o ponto de vista da Associação Nacional dos Jornais. O objetivo é desenvolver público, pois o Brasil tem um número de leitores abaixo da média mundial.

De acordo com as regras do jornalismo para crianças, os cadernos devem ter informação, educação, entreteni-

mento e participação dos leitores. Este foi um dos temas debatidos no primeiro seminário Suplementos Infantis: Jornalismo & Educação, realizado em São Paulo, há três anos. Promovido pela Andi, com apoio do Unicef, o encontro reuniu jornalistas de todo o País, que criaram um documento relacionando alguns tópicos fundamentais para o enriquecimento da produção dedicada ao público infantil.

O documento ressalta que as pautas devem abordar temas do cotidiano, adequando-os ao universo infantil, pois “um produto jornalístico para crianças significa traduzir os assuntos, estimulando conversas com os pais,



Os mais destacados suplementos infanto-juvenis: Estadinho; diarinho, do Diário de Pernambuco; Gurilândia, do Estado de Minas, todos feitos com extrema sensibilidade.

professores e colegas”. Mas é em relação à linguagem que começam a surgir os maiores desafios. A dificuldade está no fato de não ser possível definir a linguagem e a linha editorial com base em uma generalização de leitor médio, como acontece com os outros cadernos, já que a faixa etária do público dos suplementos infantis vai dos cinco aos 12 anos, quando os interesses são muito diferentes.

Ainda segundo o documento, a complexidade do suplemento infantil é ignorada especialmente pelos demais jornalistas da redação, que o consideram “um trabalho menor e fácil de fazer”, não levando em consideração o fato de que crianças são extremamente detalhistas e não se satisfazem com qualquer coisa.

– Hoje, no Estado de Minas, colegas de outras editorias colaboram com prazer com o Gurilândia – diz Jorge Santos. – A criança é o nosso leitor de amanhã e o caderno tem a intenção de formá-la, através de jogos, brincadeiras, humor e estímulo à leitura e às artes, com linguagem simples, objetiva e sempre correta. E muitas vezes nossos leitores ajudam a elaborar as pautas.

A redação do Gurilândia recebe muitas cartas e e-mails de crianças, que enviam poemas, desenhos e su-



A equipe do Super!, suplemento do Correio Braziliense, editado por Ana Sá e do qual participam jornalistas de outras editorias.

gestões de matérias. Estudantes também costumam visitar o Estado de Minas, como parte do projeto “EM vai às aulas”.

Ao contrário do Gurilândia, que conta com o envolvimento dos profissionais das outras editorias, o Diarinho, do Diário de Pernambuco, é produzido apenas pela jornalista Lúcia Guima-

rães, com a ajuda de um estagiário.

– Sei que em muitos casos o suplemento infantil brasileiro enfrenta problemas de enfoque e conteúdo que acabam confundindo os pequenos leitores. Eu procuro focar temas mais sérios, que possam ser aproveitados em sala de aula. Temos ainda o programa Leitor do Futuro dos Associados Pernambuco, que também atua nessa frente nas escolas – diz Lúcia, que considera que fazer suplemento infantil é um permanente aprendizado.

– Sempre me pergunto se estou abordando um assunto para elas ou para pais e mestres, porque isso sempre se confunde, merece zelo mesmo. Não subestimamos a inteligência, o lado crítico e o poder de observação das crianças com assuntos sem importância que não irão despertar o seu interesse. Prezo muito isso e também tenho o cuidado de buscar personagens de universos distintos, pobres, ricos, negros, brancos, gordos, magros e portadores de necessidades especiais.

Lúcia revela que as crianças participam ativamente da edição do suplemento, por meio de cartas, e-mails e desenhos, que são publicados na coluna “Eu que fiz!”. Matérias sobre as-



suntos como ciências, sexualidade, religião e História geralmente contam com a consultoria de especialistas para assegurar a qualidade da informação.

Em Brasília, apenas o Correio Braziliense publica suplemento infantil. É o caderno Super!, editado por Ana Sá.

– Nossa linha editorial – diz Ana Sá – tem pretensão didática no tratamento dos textos e busca informar seus leitores sobre diversos temas ligados ao mundo infanto-juvenil, desde a literatura aos achados de áreas como ciência, esporte, ecologia, TV, cinema e teatro, com o objetivo de contribuir para a cidadania e a formação pessoal e educacional da criança.

A equipe do Super! é pequena, formada apenas pela editora e dois estagiários. Mas Ana conta que, especialmente na hora da elaboração das pautas, vários colegas de redação colaboram com o caderno, desenvolvido com base nas orientações de consultores que participaram da pesquisa da Andi:

– Nosso principal objetivo é formar novos leitores, estimular o interesse pela leitura. Estamos tentando viabilizar um conselho editorial mirim, mas ainda não temos uma pesquisa para confirmar a aceitação entre os pequenos brasileiros. Já tivemos a experiência de uma leitora de dez anos que, acompanhada de uma repórter, apurou e escreveu uma matéria sobre o Dia das Crianças.



Jorge Santos (de pé), Editor de Gurilândia e colegas de outras editorias: eles sabem que a criança é o leitor de amanhã.

VEÍCULOS

A imprensa detrás das grades

Jornais editados por presidiários, uma forma de mitigar a solidão

Iniciativas de mídia alternativa vêm sendo desenvolvidas dentro do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Uma delas foi a criação de um jornal de título simples e sugestivo: *Só Isso!*, lançado há um ano e meio por iniciativa de um grupo de internas da Penitenciária Talavera Bruce. Sua intenção? Falar de suas angústias e limitações e da vida longe da família.

A outra experiência é mais antiga: o jornal *Metamorfose* circula há nove anos no Hospital de Custódia e Tratamento Henrique Roxo, em Niterói. A idéia do veículo foi da psicóloga Ângela Conrado, que é a responsável pela publicação.

“A semente do *Só Isso!* foi de muita importância e de grande valor. Nós antes nunca tivemos o direito de falar, e com o surgimento deste jornal estamos conquistando um espaço, abrindo portas e com isto entendemos que estamos conquistando respeito, independentemente de estarmos presas”, escreveu num editorial Lila Mirtha, que, além de fundadora do jornal do Talavera Bruce, hoje é também sua editora.

Só isso! circulou pela primeira vez em 24 de julho de 2004, com uma tiragem de 500 exemplares — atualmente sai com 2,5 mil. À frente do empreendimento estavam a boliviana Lila Mirtha, a alemã Sabrina Hagel, uma finlandesa chamada Lotta e a brasileira Marilene Gouvêa Canção.

O jornal foi um sucesso entre as internas e teve repercussão internacional. Isto porque, um mês depois do lançamento, criou o concurso Garota TB, vencido pela portuguesa Elizabeth Sardinha. Para sorte das internas, o resultado do evento foi mostrado pela internet e atraiu para o Talavera Bruce jornalistas de várias nacionalidades, o que fez com que o *Só isso!* circulasse também em todas as unidades do Sistema Penitenciário do Rio e de outros Estados, como Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

O *Só Isso!* também é distribuído em vários órgãos públicos, especialmente do Poder Judiciário, e na Biblioteca Municipal, onde está registrado. Segundo a editora e redatora Lila Mirtha, a redação recebe muitas visitas de estudantes de Direito e de Jornalismo interessados em conhecer o projeto. Sua equipe é formada ainda pelas internas Giovana Pereira (digitadora), Ana Paula Medeiros (ilustradora) e Luciane Stefan (colaboradora). No caso de uma delas conquistar a liberdade, outra interna é imediatamente



treinada para ocupar o lugar vago.

Quem dá o treinamento às internas em texto, reportagem, edição e diagramação é jornalista e um dos patrocinadores do jornal, mas prefere não ter o nome divulgado.

O *Metamorfose* faz parte de um projeto de ressocialização de presos que Ângela Conrado vem desenvolvendo através da Superintendência e da Coordenação de Saúde do sistema prisional fluminense. O veículo é usado como instrumento terapêutico e para isso mantém um canal de comunicação com os internos e ex-presidiários, via correspondência:

— O objetivo é que essas pessoas mantenham suas mentes ocupadas com atividades produtivas que as preparem para o retorno ao convívio social e familiar — diz a psicóloga.

O jornal é mensal e circula com 16 páginas em preto e branco, no forma-

to A3, e tem cerca de oito colunas fixas. Além de Ângela Conrado, a equipe do jornal conta com a colaboração de uma estagiária de Psicologia e a ajuda dos internos.

As matérias são feitas com base na correspondência enviada ao jornal pelos presidiários e variam de pedidos de conselhos para um tratamento de saúde e informação sobre as atividades profissionais desenvolvidas nas unidades prisionais a uma coluna, *Reivindicações*, em que a equipe faz pedidos de doação de equipamentos e material que possa ser usado em dinâmicas terapêuticas com os internos.

O *Metamorfose* vem sendo elogiado por autoridades de todo o País, como promotores de Justiça, defensores públicos e parlamentares. Na edição de setembro, ganhou um cumprimento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que manifestou seu incentivo ao jornal por meio do seu Gabinete Pessoal.

“Protesta!”, um jornal anarquista

O recém-lançado boletim *Protesta!* já chegou à sua terceira edição. O periódico foi criado por grupos e organizações anarquistas e sua produção é

de responsabilidade do Coletivo Anarquista Terra Livre, da Federação Anarquista do Rio de Janeiro-Farj e do Coletivo Libertário Ativista Voluntariado de Estudos-Clave.

O primeiro número do *Protesta!* circulou em formato cartilha em agosto passado, com preço de capa de R\$ 4,00. Segundo o editorial, o objetivo da publicação é “discutir algumas questões contemporâneas do universo libertário”.

Os temas principais selecionados

para a primeira edição foram: “A crise política do País”, uma reflexão sobre anarquismo e organização, e as experiências do Colóquio Internacional Libertário – História do Movimento Operário Revolucionário, realizado em 2004 pela Farj, a editora Imaginário e o Coletivo Anarquista Terra Livre.

O número mais recente do *Protesta!*, já em formato revista, traz artigos sobre a posição crítica dos anarquistas em relação aos processos políticos e econômicos contemporâneos “responsáveis pela alienação e a exploração a que somos diariamente submetidos”.

Outro artigo propõe alternativas para o País a partir de ações classificadas como “diretas”, como as ocupações urbanas e a campanha pelo voto nulo.

No expediente do boletim, que circula com 25 páginas no Rio e em São Paulo, impresso em preto e branco e papel couchê, não consta o nome de um jornalista responsável pela publicação.



O diário do Diário de Pernambuco é editado por Lúcia Guimarães com muito carinho e pouca gente: apenas um estagiário.

No Rio de Janeiro, o *Globinho*, do jornal *O Globo*, foi lançado em 1938 e é um dos mais antigos suplementos do jornal e conta com uma equipe completa: a editora-chefe é Adriana Barsotti, que trabalha com duas editoras-assistentes e dois repórteres, a mesma equipe do caderno *Megazine*.

— No *Globinho*, texto, imagem e diagramação obedecem a um critério especial de edição. As matérias são escritas em português simples e com muitas explicações, visando a facilitar sua compreensão. Até o corpo das letras e o espaço entre as linhas é maior do que o padrão do jornal.

As crianças participam ativamente da escolha dos assuntos que irão virar notícia, por meio de votação semanal no site do jornal:

— São sempre duas opções para elas escolherem qual querem ver na capa — diz Adriana, ressaltando que o *Globinho* não tem a intenção de ser pedagógico:

— Decidimos as pautas levando em conta somente o critério jornalístico. É claro que muitas vezes um se cruza com o outro, como na matéria de capa que publicamos em março sobre o Dia Internacional da Mulher, cuja data consta do programa das escolas municipais.

Antes de assumir o suplemento, Adriana passou pelas editorias de Política e Nacional e pela revista *Isto É Gente*. Para ela, fazer jornalismo para crianças é uma experiência única: — Por um lado, é um desafio enorme, já que está em nossas mãos tentar formar novos leitores num momento em que a circulação de jornais entre os jovens está caindo no mundo todo. Por outro, é muito prazeroso. Queremos informar, mas também divertir.

VIOLÊNCIA ■ por Luiza Mariani

Não mataráis

O golpe na sociedade que chegou com a carnificina no ônibus 350 me embrulhou como a onda que nos pega de “caixote”, o corpo tenso, nos joga no fundo, a gente bate na areia, dói, é empurrado para a beira e levanta às tontas. Mas foi muito pior. O que bateu no fundo não foi o meu corpo. Foi minha cabeça, foram minhas crenças, valores e sonhos. Durante um bom tempo o que ficou foi medo. Explico.

Foi perceber, de repente, a enormidade que havia por detrás da morte da criança que mal começava a andar. A selvagem crueldade que reduziu a cinzas passageiros do ônibus incendiado por traficantes apresentou um viés de desafio, de embrutecimento e do mais absoluto desprezo pela vida humana. Não me refiro apenas às leis, às normas da Carta Magna, do Código Civil ou às Tábuas da Lei. Refiro-me a um outro código, cujo princípio foi ali quebrado.

Este outro código não está registrado nos livros, na Carta Magna, no Código Civil ou nas Tábuas da Lei. Sequer está escrito. Corre de boca em boca. Circula nos morros cariocas. Impõe limites à ação de bandidos, da polícia não sei. Não protege ninguém de balas perdidas. Mas tem um princípio que fundamenta a convivência da comunidade no morro.

Este princípio interliga bandidos e não-bandidos. É um tempo instituído na realidade do dia-a-dia do morro. Funciona. É respeitado. Ou seria? O caso do ônibus 350 estilhaçou uma base de convivência. Falamos aqui do respeito às crianças. No morro todos sabem: em criança ninguém mexe. Ninguém toca. Não pode, e ponto.

Elas são a melhor proteção para quem quiser visitar um morro. Cercam o visitante (aquele que é bem-vindo, naturalmente). Seguem brincando e cantando. As



A brutalidade que marcou o episódio do ônibus 350, em novembro, quebrou um código não-escrito das comunidades populares: em criança não se mexe, ninguém toca.

crianças do morro são alegres no morro (porque no asfalto este comportamento flutua; os códigos são outros). Depois de um tiroteio elas são capazes de fazer um desenho com o céu azul e flores desabrochadas.

A decisão do bandido que mandou incendiar o ônibus 350, mesmo depois

de ouvir os gritos de apelo, “Tem criança aqui”, foi brutal. Incendiou uma criança pequena e queimou junto um princípio do código de convivência das comunidades do morro. Queimou limites. Abriu as fronteiras para o caos de uma forma que os moradores do asfalto mal puderam se dar conta.

REEDIÇÃO ■ por Mário Barata

Natal e paz ecumênica

A presença do Natal no mundo de predominância cristã, que levou por motivos de alterações em calendários à comemoração do dia de Ano-Novo no oitavo dia a seguir da data natalina, conduziu crescentemente a uma ampliação espiritual de caráter ecumênico, que propaga um sentimento de alegria nos seres humanos. Isso tudo é marcado pela afirmação, nos últimos dois séculos, da idéia da confraternização universal, que consolidou os valores de civilização na humanidade. Confraternização universal é exatamente uma síntese das tendências ao ecumenismo e à busca da paz entre os homens e obviamente as nações.

Não podemos perder as conquistas desses duzentos anos de marcha para uma solidariedade ecumênica, que evite os fundamentalismos religiosos e agressões motivadas por interesses econômicos e impulsos bélicos doentios e destruidores. Com o ecumenismo e o respeito recíproco às religiões dos outros vinham desaparecendo muito motivos de conflitos familiares e de guerras sociais. Grande parte dos cinco continentes se unia no sentimento de paz e de comunicação fraternal, apoiado pela Onu, pelas religiões pacíficas e por entidades não-governamentais atuando também no combate à miséria

Não podemos perder as conquistas desses duzentos anos de marcha para uma solidariedade ecumênica, que evite os fundamentalismos religiosos.

e à doença que afetam muitos países. Não se pode esquecer que o júri do Prêmio Nobel da Paz de 2001 o concedeu, dividido em duas partes, à Onu e o seu Secretário-Geral. O Unicef é um setor da Onu e ele cedo percebeu os valores ecumênicos da celebração conjunta do Natal cristão com o seu Ano-Novo. Sendo a celebração aludida um ato generoso de transmissão de alegria e de paz entre os homens, ela caminhava aos poucos para adotar no plano geral certas cerimônias simbólico-representativas em cada área de civilização para comprovar, na devida proporção, o seu respeito pelo surgimento de cada grupo religioso básico.

Um fato estatístico e impressionante neste terreno. Em 2001 o grupo de cartões vendidos no Rio de Janeiro pelo Unicef com a Pomba da Paz foi o mais comprado e o primeiro a se esgotar em edição inicial. Isso é de certa maneira um protesto contra as guerras de qualquer tipo.

No caso do Unicef não são somen-

te as saudações que traduzem um aumento de civilização e de alegria correlata. Ele e a Onu em geral compreenderam que a miséria e a fome devem ser erradicadas do planeta. Primordialmente o auxílio à infância desamparada constitui o ponto de partida para uma nova humanidade, realmente ecumênica e em paz. Destaque-se aqui que o Unicef publicou em Brasília, recentemente os livros

Situação Mundial da Infância 2001: Desenvolvimento Infantil e Situação Mundial da Infância 2002: Liderança, com artigos e estatísticas relativos a diferentes países dos cinco continentes e com fotografias que desta vez ilustram a beleza e o progresso das crianças, que às vezes são o alvo das situações destruidoras que empanam o surto civilizatório inclusive do mundo ocidental. Relembre-se ainda, em um pormenor, que os cartões de saudação natalina e de Ano-Novo vendidos pelo Unicef dão um lucro em dinheiro aplicado em soluções graduais de problemas. A ABI e os jornalistas se solidarizam com essas buscas de melhoria para a humanidade.

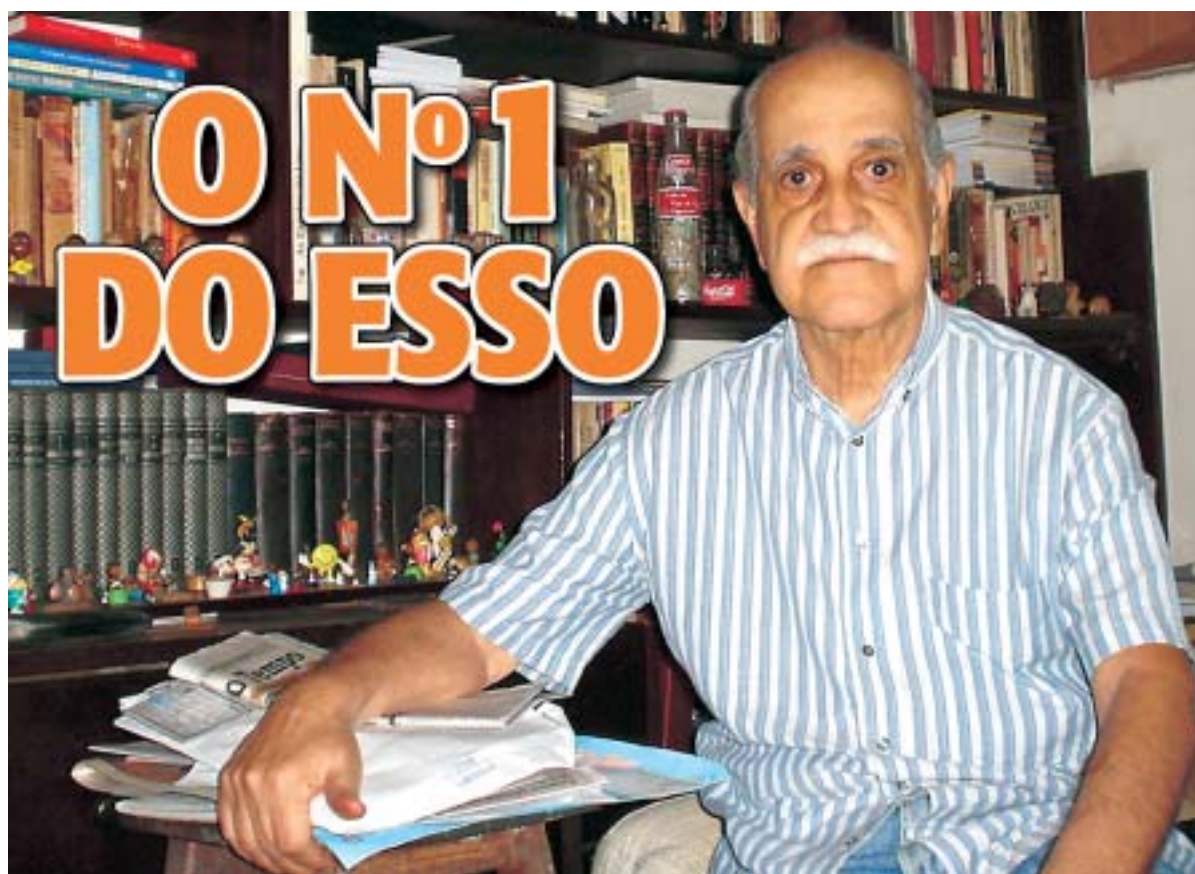
Nota – A edição deste artigo saiu no *Jornal da ABI* de novembro-dezembro de 2001. O seu tema se estabilizou e justifica a repetição. A defesa da paz continua a ser feita apesar da lastimável transgressão que ocorreu em 2003, com a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, com destruições e apropriações e até agora mais de 30.000 mortos iraquenhos e quase 2.000 norte-americanos, além de outras vítimas estrangeiras, incluindo funcionários da Onu, dentre eles um diplomata brasileiro, e jornalistas.

A idéia inovadora de publicarmos em nova edição o artigo reafirma a necessidade de apoio à paz ecumênica e destaca o valor do Unicef. Essa entidade tem-se renovado e a defesa da infância e adolescência sublinha ainda mais os campos da proteção e da igualdade. Entre os livros publicados por ela recentemente figuram *Excluídos e Invisíveis*, na série *Situação Mundial da Infância/2006*. No setor brasileiro publicou-se *Educação na Bahia*.

Na produção de cartões e outros impressos houve novo salto de gosto nas cores e inclusive uma volta específica aos valores da História da Arte, com a edição em cartões natalinos de boas reproduções de cinco das iluminuras do século XV francês, feitas para um breviário de Francisco, Duque de Guise, conservado no Museu de Chantilly, França.

DEPOIMENTO ■ por Rodrigo Caixeta

Ele tem muito a contar, Carioca de Vila Isabel, nascido em 15 de julho de 1925, **Mário de Moraes** contabiliza vários grandes feitos em sua carreira de repórter e fotógrafo, entre eles a única entrevista concedida pelo assassino de Trotsky e o único close de Getúlio Vargas morto. Cobriu diversas Copas do Mundo, trabalhou em veículos importantes, escreveu dez livros — o primeiro foi uma coletânea, *Luz de vela* — e até hoje atua como *freelancer* — escrevendo para vários jornais, como o *Terceiro Tempo*, do Rio, e alguns outros espalhados pelo País —, depois de ganhar o primeiro Prêmio Esso de Reportagem concedido no Brasil, em 1955, e receber outro mais tarde, pela criação da *Revista de Comunicação*.



RODRIGO CAIXETA

Mário de Moraes ganhou o primeiro Prêmio Esso de Reportagem, em 1955. Cinquenta e um anos depois, continua na ativa.

Jornal da ABI — Conte a história da sua primeira publicação.

Mário de Moraes — Criei uma revista humorística chamada *O Coringa*, mas só durou cinco números, porque não tinha propaganda. Então, em 1950, fui para *O Cruzeiro* e deslanchei na carreira, porque a revista era, na época, o maior veículo de comunicação brasileiro. Para se ter uma idéia, na morte de Getúlio Vargas, chegou a vender quase 800 mil exemplares, quando no Rio de Janeiro havia 2 milhões de habitantes. Hoje, comparativamente, nem a *Veja* alcança essa tiragem.

O que o senhor fazia?

Mário — De tudo! Era uma espécie de repórter da Geral, se aquilo fosse um jornal. Fiz também muito Esporte, porque adoro futebol. Cobri todas as Copas de 50 a 66 e as Olimpíadas de Tóquio, em 1964. Mas minhas grandes matérias foram internacionais. Fui o único repórter do mundo a entrevistar o Jacques Monard, assassino de Trotsky.

Como aconteceu?

Mário — Tinha ido ao México, onde ele estava preso, para cobrir o Campeonato Pan-Americano de Futebol e, numa série de malandragens, consegui penetrar no presídio. Fomos apresentados sem que o Jacques Monard soubesse que eu era repórter, pois ele era violentíssimo e costumava agredir os jornalistas. Consegui cativar sua simp-

tia — porque sabemos que para uma entrevista a simpatia é importantíssima. Ele me falou muita coisa e, ao final, eu revelei que era repórter.

Qual a reação dele?

Mário — Ficou bravo, mas eu contornei a situação e disse que precisava de uma fotografia, porque, senão, como comprovaria que havia estado com Jacques Monard? Ele deixou e disse que havia matado o Trotsky porque havia se desiludido com o comunismo que pregava, mas todo mundo sabe que não foi nada disso. Stálin foi o mandante do crime.

O senhor também conseguiu uma entrevista com Luís Carlos Prestes, quando toda a imprensa e a Polícia o caçavam.

Mário — Eu o entrevistei aqui no Rio. Ele estava desaparecido há muitos

anos. Dizia-se até que tinha morrido. A filha dele veio de Moscou para o Brasil, mas não disse que era para encontrar o pai e sim para conhecer o País. Consegui cativá-la e a Anita Leocádia disse que me daria uma entrevista exclusiva, mas eu deveria ir escondido até onde ela estava. Então me telefonaram, desci da minha casa, no Engenho Novo, vendaram meus olhos e me botaram no banco traseiro de um carro. Mas bobearam e consegui olhar para cima e reconhecer as palmeiras do Jardim Botânico. Comecei a contá-las. Quando deu um número “x”, o carro dobrou à direita. Comecei a contar de novo. Subimos numa garagem e chegamos à casa. Ficamos esperando a chegada de Prestes e eu disse à Anita que só queria fotografá-lo depois que ele a encontrasse e autorizasse — quando, na verdade, não podia esperar isso. Era uma sala imensa, cheia de colunas gregas, e eu tinha duas

máquinas: uma Rolleyflex 120 e uma 35mm que não era Leica ainda. Fiquei escondido atrás de uma das colunas, abri a lente ao máximo e as fotos ficaram ótimas. Eu sabia que aquele encontro aconteceria. Ele ficou muito emocionado ao encontrar a filha. Depois me telefonaram, dizendo que eu os havia enganado. Mas eu não podia perder aquele momento.

Houve algum problema?

Mário — Não, nenhum. Mas avisei que na manhã seguinte retornaria à casa. Eles duvidaram, mas peguei o carro de *O Cruzeiro*, orientei o motorista e chegamos lá.

O senhor também foi correspondente de guerra.

Mário — Cobri a guerra de Angola na linha de frente, vendo gente morrer ao meu lado. Pouca gente sabe que a revista *O Cruzeiro* tinha duas edições, uma em português e uma em espanhol, para toda a América Latina — e que, na minha opinião, era a melhor. Consegui me encaixar como repórter dessa edição espanhola. O chefe de reportagem tinha me mandado para a América Central para produzir uma série de matérias. Ele me dava uma semana para ficar em cada país e enviar, no mínimo, três boas histórias de cada um. Quando estava na Costa Rica, recebi um telegrama do *O Cruzeiro*, com três palavras: “Siga Angola, Amádio” — este era o nome do chefe de Redação, José Amádio. Eu nem sabia de guerra, nem nada. Fui à Embaixada do Brasil na Costa Rica e me informaram que es-



O Cruzeiro de 22 de outubro de 1955 publicou a histórica reportagem de Mário e Ubiratan de Lemos: Uma tragédia brasileira, primeiro Prêmio Esso.

tava havendo uma guerra violenta no Norte de Angola. Mande um telegrama de volta ao Brasil, pedindo que enviassem dólares para o Hotel Presidente, em Portugal, onde costumava me hospedar. A revista naquela época tinha um dinheirão. Nós ganhávamos três vezes mais que qualquer repórter de jornal. No entanto, quando o dinheiro chegou, o Governo português havia proibido os jornalistas de irem para Angola, em função do assassinato de um repórter francês por terroristas que teve grande repercussão.

E no que deu?

Mário – Fui lá, enchi a paciência do Ministro das Relações Exteriores e ele acabou me despachando para a capital de Angola, que me surpreendeu por ser uma cidade bonita demais — e também porque em Luanda não acontecia nada, o conflito era todo no Norte. Aí surgiu outro problema: nenhum repórter podia ir para a guerra. Fui preso, depois me vigiavam o tempo todo, até que eu soube que estavam chegando aviões trazendo os feridos e fui para o aeroporto, alegando que ia fotografá-los. Quando um avião chegou e o piloto foi ao bar tomar uma cerveja, me apresentei como um repórter brasileiro que deveria cobrir o combate. Ele insistiu que não podia me levar e eu perguntei se a porta do avião estava aberta. Ele confirmou e perguntei: “E se eu entrar?”. Ele disse que não saberia de nada, o problema seria meu. Então entrei e voamos até um campo improvisado. Participei de vários combates e quase morri. Os angolanos tinham uma arma chamada canhangulo, feita à mão, que dava um só tiro. Os soldados se posicionavam em cima das árvores e de lá atiravam contra os portugueses, mas os que vinham logo atrás os derrubavam com uma rajada de metralhadora. Foi uma matéria difícil.

Houve alguma outra matéria arriscada assim?

Mário – Corri risco de vida em “Sangue no Paraná”, quando o então governador daquele Estado, Moisés Lupion, depois de dividir em lotes uma área imensa em Capanema e vender, resolveu tomar tudo de volta e mandou seus capangas, matadores profissionais, expulsarem os camponeses que já haviam preparado a terra. Fiz uma matéria genial, mas foi uma carnificina.

O que o senhor considera essencial para que o repórter saiba identificar o que é notícia?

Mário – Eu tenho uma definição própria: é pelo cheiro, pelo tato e pelos

Mário diante da Tower Bridge, sobre o Rio Tâmisa, em Londres: ele passou a fotografar para poder viajar. Acabou viajando pelo mundo inteiro.



olhos que você imagina o que a história pode dar. Sempre tive muita sorte para pegar notícias boas. Como quando o Trujillo foi assassinado e eu estava no Panamá. Consegui uma entrevista com o filho do ditador, dizendo que era para elogiá-lo. Mas eu precisava de uma foto do assassino, de quem sabia o nome, e todas haviam sido recolhidas pelos militares.



Mário (à esq.) entrevista Jacques Monard (sentado), o matador de Trotsky: foi um furo mundial.

Na véspera de voltar, encontrei um livro sobre a República Dominicana em que havia uma foto de uma parada militar. Pois lá estava num palanque o tal general que havia sido mandante do assassinato. Arranquei a página e guardei no meio das minhas roupas. Foi um furo de reportagem.

Fale sobre o seu Prêmio Esso de Reportagem, o primeiro concedido no Brasil.

Mário – O Ubiratan de Lemos era um repórter espetacular com quem eu ainda não tinha trabalhado. Bolei a matéria “Os paus-de-arara constroem o Rio”, numa época de um desenvolvimento imobiliário monstruoso na cidade em que quase 100% do pessoal que trabalhava nas construções era nordestino. Combinamos que eu fotografaria e ele escreveria. Quando um dos trabalhadores me disse que minhas fotos não iam mostrar nada perto do que era a viagem num paus-de-arara, apresentamos a idéia no

O Cruzeiro. Saímos daqui disfarçados, num caminhão, e, após 11 dias de uma viagem em que vimos muitos desastres e tragédias, chegamos a Campina Grande, onde o Ubiratan encontrou um locutor que era seu amigo. O bestalhão contou para ele o que estávamos fazendo e o cara anunciou na rádio a nossa presença. Resultado: os agenciadores de paus-de-arara contrataram matadores para acabar com a gente, antes que denunciássemos aquele comércio. Tivemos que fugir para Salgueiro, em Pernambuco, acompanhando um caixeiro-viajante. Para completar, peguei tifo na viagem. O Ubiratan inscreveu nossa reportagem no Prêmio Esso sem eu saber de nada. Foi um júri fabuloso, que tinha, entre outros, Herbert Moses, Antônio Callado e Otto Lara Resende. Concorreram 200 matérias e fomos os vencedores. Estava no barbeiro, em Vila Isabel, quando peguei *O Jornal* e vi na primeira página que dois repórteres do *Cruzeiro* tinham ganhado o Prêmio Esso. Quando vi nossos nomes, desmaiei. Fui levado para casa, onde já estavam o Ubiratan e uma equipe da revista. Foi uma grande festa.

O segundo Prêmio Esso veio quando?

Mário – Em 1986, quando criei a *Revista de Comunicação*, voltada para os alunos dessa área, com o Alfredo Belmont Pessôa. Ganhamos o prêmio de Melhor Contribuição à Imprensa.

Mas a revista, mesmo premiada, parou de circular.

Mário – Por estupidez. Era uma revista que tinha um prestígio muito grande, mas o patrocinador não quis mais bancar. Os maiores e melhores jornalistas escreveram para ela e, quando completou 15 anos, não tivemos mais patrocínio.

O senhor também teve passagens pela TV e rádio. Quais foram seus maiores trabalhos nesses veículos?

Mário – Fui assistente do Maurício Shermann, chefe de núcleo da Rede Globo, mas trabalhei mais tempo na TV Tupi, como produtor de progra-

mas, estando nas revistas *O Cruzeiro* e *A Cigarra* ao mesmo tempo. Eu me virava de todo jeito. Fui chefe de reportagem da TV Sílvio Santos aqui no Rio, trabalhei na Record, escrevi histórias teatralizadas para o “*Fantástico*” e para o programa policial “*45ª DP*”, da Rádio Tupi...

Os salários não eram suficientes para o seu sustento ou o senhor era um workaholic?

Mário – Até hoje eu sou pé-de-boi, nunca perdi uma reportagem. *O Cruzeiro* fazia todos os anos um ranking das reportagens produzidas por cada jornalista e eu só perdi uma única vez, para o Ubiratan de Lemos. Na morte do Getúlio Vargas, fui o único repórter-fotográfico a fazer uma foto dele morto, que *O Cruzeiro* deu em uma página inteira.

O senhor também já publicou vários livros, o primeiro em 1965.

Mário – Pois é, *Luz de vela*. Hoje eu me arrependo do título, mas a idéia veio de um artigo que o David Nasser escreveu para *O Cruzeiro* — “O cartaz de um repórter dura apenas enquanto a cera não se acaba” — justamente na época em que eu estava morrendo de tifo. No prefácio do livro, que dediquei a todos os repórteres do mundo, transcrevi: “Nada mais fugaz nem tão leve que o interesse de um leitor de notícias. Um rápido passar de olhos sobre o título e, às vezes, a graça de uma leitura apressada do tempo no texto compensa muitas, muitas, muitas vezes, dias, semanas, meses de esforços, riscos e ansiedade, toda a vigília de um repórter. Este é o seu prêmio. Um comentário, uma frase de elogio, o telefonema de um amigo. Na manhã seguinte ele troca Perón por um mestre de gafeira, e vai gastando a sua alma, as suas emoções, a sua sensibilidade, o seu fígado, a sua alegria. Vai se desidratando, vai secando o seu espírito, vai depenando a imaginação, vai cortando as asas de veludo de sua fantasia, para ser apenas um relator de fatos, um contador de histórias que acontecem. O repórter é um anatomista. A notícia é o cadáver.”

Como o senhor vê o jornalismo hoje?

Mário – Todo mundo diz que está muito bom, mas não concordo. Acho que há pouca pesquisa e está-se fazendo um jornalismo apressado — e não é culpa do repórter. Hoje vou pouco às redações; quando vou, vejo todo mundo isolado no computador, não há mais aquele coleguismo. Fiquei amigo de todos os meus repórteres, alguns fabulosos, como uma garotada de esquerda do jornal *O Sol*, que o Governo mandou fechar. Contratei todos eles e deram um show no *O Cruzeiro*. Saíamos todos juntos e isso muitas vezes ajudava na produção de outras reportagens, porque discutíamos idéias. Além disso, o redator-chefe — ou o chefe de reportagem — conversava muito com o repórter. Hoje não se conversa mais nada e o repórter tem pouco tempo de fazer uma boa reportagem por causa do fechamento. *O Globo* de domingo sai aos sábados. O foga chega à Redação e bate o texto de qualquer jeito — é só observar o número de desmentidos nos jornais. Vejo muitos erros também na televisão. Não se está apurando os fatos direito, por pura falta de tempo.

Mas o senhor acha que os repórteres saem bem-preparados das universidades?

Mário – Também há falhas na formação. Conheço professores de Jornalismo que nunca foram bons profissionais; alguns são até semi-analfabetos. Já fui convidado para dar aulas, mas não aceitei, porque não me considerava capaz. Quando faço palestras, eu bato um papo, pois não me julgo um palestrante. Depois abro para perguntas, porque assim é uma forma de eles me testarem. Mas, em geral, as perguntas são fracas.

O senhor disse que *O Cruzeiro* tinha uma tiragem proporcionalmente maior que a *Veja* hoje. A que atribui isso?

Mário – Nós dizíamos que, devido ao número de analfabetos que havia no País, muita gente só devia estar vendo as fotografias. Com aquela garotada de *O Sol*, elevei a tiragem do *O Cruzeiro* de 300 mil para 500 mil.

Desde o início o senhor se dedicou ao texto e à fotografia?

Mário – Passei a fotografar pelo desejo de viajar; queria ir para a Europa, os Estados Unidos... Em 54, procurei o José Amádio e ele me disse que, se eu aprendesse a fotografar, não só viajaria mais como a revista economizaria, porque eu faria as duas coisas. Ele cumpriu a palavra: viajei praticamente o mundo todo. Na maior parte das minhas matérias, escrevi e fotografei. Parei de fotografar nem sei por quê, pois continuo gostando dessa atividade.

REAÇÃO

Deputado protesta na Câmara contra sufoco do Poder à ABI

Até a ditadura militar reconhecia o direito da Casa, agora cassado, diz o Deputado Vanderlei Assis.

Em pronunciamento na Câmara Federal em 9 de novembro, o Deputado Vanderlei Assis (PP-SP) protestou contra o cancelamento do registro de entidade beneficente de assistência social da ABI, que fez a Casa perder a isenção da contribuição previdenciária patronal e lhe impõe uma dívida equivalente a R\$ 2,5 milhões.

O Deputado lembrou que o título de utilidade pública da ABI foi concedido por decreto do Congresso Nacional, sancionado em 1917 pelo então Presidente da República Venceslau Brás, e que “desde aquela época vinha sendo reconhecido por todos os governos, inclusive os da ditadura militar, até o recente e equivocado cancelamento”.

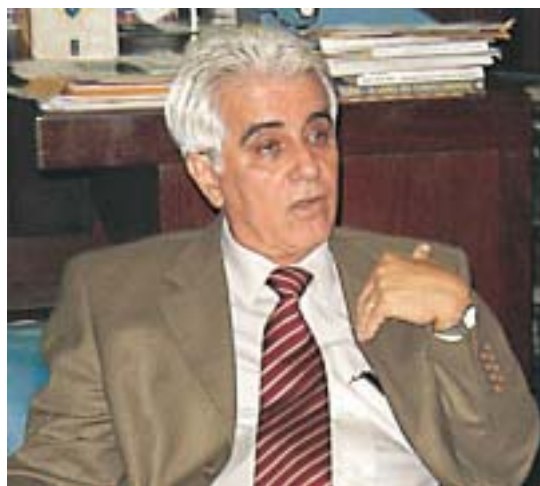
Vanderlei Assis disse ainda que “não é possível aceitar a pura e simples supressão desse direito quase centenário, sob pena de se estar inviabilizando o funcionamento de uma das instituições mais importantes do País”.

A seguir, a íntegra do discurso do Deputado:

“Ocupo esta tribuna para protestar contra o cancelamento do registro de entidade beneficente de assistência social a que a Associação Brasileira de Imprensa fazia jus há cerca de nove décadas.

Sem esse registro, já cancelado há cinco anos, a ABI perdeu a isenção do pagamento da contribuição previdenciária patronal e, por isso, acumulava no início deste ano, em tese, um débito equivalente a R\$ 2,5 milhões. Digo ‘em tese’, pois acredito que toda essa situação deva ser revista.

Quando, em um gesto de solidariedade, visitei a Associação, fui informa-



É inaceitável a cassação de um direito quase centenário da ABI – disse o Deputado Vanderlei Assis em discurso proferido na Câmara Federal.

do pelo seu atual Presidente, Maurício Azêdo, que o título de utilidade pública havia sido concedido por decreto do Congresso Nacional, sancionado pelo então Presidente da República, Venceslau Brás, em 1917. E, desde aquela época, vinha sendo reconhecido por todos os governos, inclusive os do período da ditadura militar, até o recente e equivocado cancelamento.

Não é possível aceitar, portanto, a pura e simples supressão desse direito quase centenário, sob pena de se estar inviabilizando o funcionamento de uma das instituições mais importantes do País, responsável por trabalho inigualável em prol da liberdade de imprensa e da democracia.

Nem é possível aceitar, pelas mesmas razões, que a ABI continue sendo alvo de pressões e constrangimentos, provocados pelo Conselho Nacional de Assistência Social e pelo Insti-

tuto Nacional do Seguro Social, com a finalidade de forçar o pagamento do suposto débito. Se não houver providências tempestivas, tal débito, embora presumido, pode servir de pretexto para o INSS requerer a penhora do principal patrimônio da Associação: o Edifício Herbert Moses, construído pelo esforço de quatro gerações de jornalistas.

Apelo, então, ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, para que interceda junto ao Conselho Nacional de Assistência Social, com vista a rever esse cancelamento do registro e do correspondente

certificado de entidade beneficente de assistência social, conseqüentemente permitindo à ABI desfrutar da isenção de contribuição previdenciária patronal de que sempre foi merecedora.

Trata-se de fazer justiça ao papel de fundamental relevância desempenhado por essa Associação na história brasileira, desde sua criação em 1908.

Ainda nesse contexto, aproveito para informar que encaminhei requerimento de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo ao Ministério do Planejamento, por meio da Secretaria de Patrimônio da União, ceder um terreno onde a Associação Brasileira de Imprensa possa construir sua sede de Brasília e, assim, exercer presença mais efetiva na capital da República.

Tenho certeza de que, atendidos esses meus pleitos, a democracia no Brasil será a grande beneficiária.”

ORÇAMENTO

Adroaldo Garani propõe dotações para atividades culturais da ABI

A ABI enviou ofício ao Deputado Adroaldo Peixoto Garani (PMDB), membro da Assembléia Legislativa do Estado do Rio, em agradecimento à sua iniciativa de apresentar cinco emendas ao projeto de lei orçamentária estadual, em apoio a importantes projetos culturais da Casa. Na mensagem, a ABI destaca a iniciativa do deputado, ressaltando: — Ele foi o parlamentar que mais ampla acolhida deu à nossa solicitação de destinação de recursos em apoio às atividades da Casa do Jornalista.

Nas justificativas de suas emendas, que totalizam R\$ 990 mil, o Deputa-

do Adroaldo Garani faz questão de citar a representatividade da ABI e apóia a destinação de recursos para que a entidade possa recuperar seus equipamentos de projeção cinematográfica e, assim, retomar as atividades do Cineclubes Macunaíma, através do qual “a ABI ofereceu, nos anos 70 e 80, relevante contribuição à formação de público para o cinema brasileiro”.

Nas emendas seguintes, o parlamentar pede apoio para as comemorações do centenário da ABI, em 2008, e para eventos de celebração do bicentenário de criação da imprensa brasileira.

Adroaldo Peixoto Garani defende ainda que se liberem recursos para que a ABI recupere o acervo documental em papel, iconográfico e sonoro do Centro de Memória do Jornalismo. Por fim, o Deputado propõe dotação orçamentária para que a ABI reforme o Auditório Oscar Guanabara, que foi “cenário de memoráveis campanhas cívicas” e para a recuperação física e modernização do edifício-sede da instituição, que é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan como marco da arquitetura contemporânea brasileira.

PRÊMIOS

As mulheres lideram

Foram elas as vencedoras das principais categorias dos mais destacados prêmios de jornalismo do País, o Esso, atribuído a Renata Lo Prete, da *Folha*, e o Embratel, conquistado por Délis Ortiz e três colegas da Rede Globo de Televisão

O trabalho de Renata Lo Prete, detonador da crise

A partir de entrevista que fez com o então Deputado Roberto Jefferson, que revelou um esquema de compra de votos na Câmara Federal para garantir a aprovação de projetos do Governo, a jornalista Renata Lo Prete (foto ao lado) acionou o detonador de uma crise que se estende até agora.



A entrevista deflagrou uma série de investigações que provocaram o afastamento de ministros e de pessoas de influência no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, resultando na cassação do Deputado José Dirceu, seu ex-Chefe da Casa Civil. Os demais vencedores do Prêmio Esso de 2005, que receberam seus prêmios no dia 13 de dezembro, estão no quadro ao lado.

CATEGORIA	AUTOR	TÍTULO DA OBRA	VEÍCULO	PREMIAÇÃO
PRÊMIO ESSO ESPECIAL 50 ANOS	Paulo Marquero e Selma Schmidt	VIDA SEVERINA	O GLOBO	Diploma
PRÊMIO ESSO ESPECIAL DE TELEJORNALISMO	Leandro Cipoloni, Antonio Chastinet, Steve Ribeiro, Luiz Mendes e Paulo Nicolau	IMBROGLIONE - O CIDADÃO FANTASMA	REDE RECORD	R\$ 20.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO DE REPORTAGEM	Fábio Gusmão	JANELA INDISCRETA	EXTRA	R\$ 10.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO DE FOTOGRAFIA	Evandro Monteiro	GUERRA NO CENTRO	DIÁRIO DO COMÉRCIO (SP)	R\$ 10.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO DE INFORMAÇÃO ECONÔMICA	Bernardino Furtado	A VERDADE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO	ESTADO DE MINAS	R\$ 5.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E ECOLÓGICA	Paulo Marquero e Tulio Brandão	NATUREZA À DERIVA	O GLOBO	R\$ 5.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO ESPECIAL DE PRIMEIRA PÁGINA	João Bosco A. de Almeida, Carlos Marcelo, Cristine Gentil, Alexandre Botão e Luis Tajés	MAIS QUATRO ANOS...	CORREIO BRAZILIENSE	R\$ 5.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO DE CRIAÇÃO GRÁFICA - CATEGORIA JORNAL	Andrea Araújo e Gil Dicelli	AMÉM - KAROL WOJTYLA	O POVO (Fortaleza)	R\$ 5.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO DE CRIAÇÃO GRÁFICA - CATEGORIA REVISTA	Paola Giavina-Bianchi e Sérgio Cury	DESCRIMINE JÁ	TPM	R\$ 5.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO ESPECIAL INTERIOR	Roberto Alexandre e Valdivo Pereira	A ROTA DAS MULAS	FOLHA DA REGIÃO (Araçatuba-SP)	R\$ 5.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO REGIONAL NORTE	Jaqueline Almeida	ESCRAVAS NO SURINAME	O LIBERAL (Belém)	R\$ 3.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO REGIONAL NORDESTE	Cláudio Ribeiro, Demetri Túlio, Luiz Henrique Campos, Flávio Pinto e Equipe	ASSALTO AO BANCO CENTRAL	O POVO (Fortaleza)	R\$ 3.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO REGIONAL CENTRO-OESTE	Lucas Figueiredo e Equipe	OURO DE MINAS - 300 ANOS DE HISTÓRIA	ESTADO DE MINAS	R\$ 3.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO REGIONAL SUDESTE	Pedro Landim, Fábio Varsano, Sérgio Ramalho, Aluizio Freire e Equipe	CHACINA	O DIA	R\$ 3.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO REGIONAL SUL	Renato Bertuol Barros, Júlio Cordeiro e Equipe	PAIXÃO PELO FUTEBOL	ZERO HORA	R\$ 3.000,00 + Diploma
PRÊMIO ESSO DE MELHOR CONTRIBUIÇÃO AO TELEJORNALISMO	Alberto Luchetti	A Comissão de Seleção do Prêmio de Telejornalismo distinguiu "o ineditismo do modelo de jornalismo eletrônico da All TV", com a participação efetiva do espectador "como co-gestor e parceiro da produção editorial."	ALL TV	Diploma



FOTOS: RODRIGO LOPES - DIVULGAÇÃO ESSO

Nos 50 anos do Prêmio Esso, José Hamilton Ribeiro (acima) agradece a homenagem especial pelos 50 anos de carreira. A placa que recebeu, alusiva às duas datas, destaca seu "exemplo de dignidade, dedicação e talento no exercício da profissão". À esquerda, em cima, Paulo Marquero e Selma Schmidt agradecem o Prêmio Especial por Vida Severina (também agraciado com o Prêmio Embratel) e, ao lado, o presidente da ABI, Maurício Azêdo entrega o Prêmio Esso Especial de Primeira Página a João Bosco de Almeida.



COMISSÃO DE PREMIAÇÃO (JORNALISMO)

Carlos Lemos, José Márcio Mendonça, Luís Nassif, Maurício Azedo, Muniz Sodré

COMISSÃO DE SELEÇÃO (JORNALISMO)

Alexandre Freeland (O Dia), Ana Dubeux (Correio Braziliense) Arlen Medina Néri (O Povo - CE), Ascânio Seleme (O Globo), Baptista Chagas Almeida (Estado de Minas), Cristiano Romero (Valor Econômico), Décio Navarro (Editora Abril), Flávio Rodrigues (Photosynthesis), Francisco Camargo (Gazeta do Povo), Ildelfonso Rodrigues (Diário do Nordeste), Ivanildo Sampaio (Jornal do Commercio - PE), Jorge Okubaro (Jornal da Tarde), José Eduardo Gonçalves (Gazeta Mercantil), José Márcio Mendonça (Rádio Eldorado), Luiz André Alzer (Extra), Marcelo Rech (Zero Hora), Marco Damiani (IstoÉ Dinheiro), Mário Marinho (Rádio Eldorado), Ricardo Melo (A Crítica), Rodrigo Almeida (Jornal do Brasil), Rogério Reis (Agência Tyba), Vera Ogando (Diário de Pernambuco), Vitor Hugo Soares (A Tarde), Tales Faria (IstoÉ), Walmir Botelho d'Oliveira (O Liberal)

INTEGRANTES DAS COMISSÕES DE SELEÇÃO E PREMIAÇÃO (TELEJORNALISMO)

Ana Maria Costabile, Gilnei Rampazzo, José Márcio Mendonça, Leila Reis, Mary-Andy Seixas, Ricardo Alvarez, Ricardo Carvalho

COMISSÃO DE PREMIAÇÃO (FOTOGRAFIA)

Alberto Jacob Filho (Arfoc-RJ), Alcides Freire Melo (O Povo - Fortaleza), Alcyr Cavalcanti (Paparazzi-Rio), Alexandre Sasaki (O Globo), Álvaro Duarte (Estado de Minas), Amilton Vieira (Sindicato dos Jornalistas-SP), Beatriz Bissio (Cadernos do III Mundo), Bio Barreira (IstoÉ Dinheiro), Carlo Cirenza (Paparazzi-SP), Carlos Dreher (Revista Fhox), Carlos Moraes (O Dia - vencedor do PEF 2004), David de Barros (Diário de S. Paulo), Eduardo Ribeiro (Jornalistas & CIA.), Eduardo Soares Queiroz (Diário do Nordeste), Elizabeth Slamek (Tópico), Eurico Dantas (Extra), Fernando Lemos (Caras), Flávio Rodrigues (Photosynthesis), Francisco Guedes (A Gazeta - Vitória), Hélio Campos Melo (IstoÉ), Jair Motta (Jornal dos Sports), João Bittar (Época), João Luiz de Albuquerque, João Primo (IstoÉ), Leonel Kaz (Alumbramento), Luiz Morier (Jornal do Brasil - Vencedor dos PEF de 1983 e 1993), Luiz Tajés (Correio Braziliense), Marcelo Prates (Hoje em Dia), Marco Terranova (Vencedor do PEF 1999), Mário de Moraes (Vencedor do PEJ 1956), Masao Goto (Diário do Comércio), Mônica Maia (Agência Estado), Nacif Elias (Sindicato dos Jornalistas-RJ), Noris Martinelli (Cláudia), Olga Vlahou (Carta Capital), Oriana Panicali (O Tempo), Paulo Marcos de Mendonça Lima (Lance!), Paulo Rodrigues (UERJ), Ricardo Chaves (Zero Hora), Rodrigo Torres Costa (Photographs), Rogério Reis (Agência Tyba), Rubens Chiri (Arfoc-SP), Sérgio Branco (Fotografe Melhor), Sílas Botelho Filho (Valor Econômico), Silvío Cioffi (Folha de S. Paulo), Tão Gomes Pinto, Wânia Corredo (Extra - Vencedora PEF 2002), Wilson Pedrosa (O Estado de S.Paulo), Zevi Ghivelder, Flávio Grieger (Agora São Paulo) - Absteve-se



Autora da pauta da reportagem premiada, Delis Ortiz (E) não conseguia falar, de tanta emoção.



Os jornalistas de O Estado de Minas, Gustavo Werneck, Isabella Souto (acima) e Lucas Figueiredo, venceram o Prêmio Imprensa Embratel na categoria Reportagem Cultural e o Esso na categoria Regional Centro-Oeste com a matéria Ouro de Minas - 300 anos de história.

Delis Ortiz conquista o Troféu Barbosa Lima

A reportagem *Abuso Sexual Infantil*, produzida por Delis Ortiz, Denise Sobrinho, Dennys Leutz e Maurício Maia, do Globo Repórter, foi a grande vencedora do Prêmio Imprensa Embratel de 2005, ao conquistar o Grande Prêmio Barbosa Lima Sobrinho. Veiculada em 10 de setembro de 2004, a matéria investigou casos de abusos e exploração sexual cometidos contra crianças e adolescentes brasileiros. A equipe de reportagem procurou mostrar mais do que a tragédia vivida por frágeis vítimas, voltando-se para a incapacidade do Estado de punir agressores e pôr fim às variadas formas de injustiça.

A cerimônia de entrega dos prêmios foi realizada em 8 de dezembro, na casa de espetáculos Canecão, no Rio de Janeiro, quando foram agraciados 19 trabalhos jornalísticos. A Comissão Organizadora prestou uma homenagem a quatro veteranos repórteres-fotográficos que há várias décadas vêm registrando momentos importantes da história do Brasil e do mundo, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento e valorização da profissão. Os homenageados foram Alar Barreto, recentemente falecido, Luís Pinto, Alberto Jacob e Sebastião Marinho.

O Prêmio Imprensa Embratel é considerado a mais importante homenagem ao jornalista que desempenha a atividade de repórter no Brasil e contou em 2005 com o patrocínio das Leis de Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura e da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

Os vencedores em todas as categorias estão listados no quadro ao lado.

REPORTAGEM INVESTIGATIVA (Troféu Tim Lopes)

Orfãos da violência (O Globo), de Paulo Marqueiro e Elenilce Bottari, publicada em julho de 2004.

REPORTAGENS REGIONAIS

Região Sul: Adrianópolis sob o peso do passado (Gazeta do Povo - PR), de Mauri König, publicada em janeiro de 2005.

Região Sudeste: Vida Severina: da miséria do sertão à realidade da favela (O Globo), de Paulo Marqueiro e Selma Schmidt, publicada em maio de 2005.

Região Nordeste: Trabalho infantil (TV Globo Nordeste), de Beatriz Castro

Região Norte: Sudam: Todos ricos, todos soltos! (O Liberal), de Ronaldo Brasiliense, publicada em fevereiro de 2005.

Região Centro-Oeste: Filhos da mãe (Correio Braziliense), de Ana Beatriz Magno, publicada em agosto de 2005.

REPORTAGEM DE JORNAL/REVISTA (Tema Livre)

Janela indiscreta (Extra-RJ), de Fábio Gusmão e equipe, publicada em agosto de 2005.

REPORTAGEM FOTOGRÁFICA

Execução no Morro da Providência (O Dia), de Carlos Moraes, publicada em setembro de 2004.

REPORTAGEM CULTURAL

Nesta categoria houve empate técnico entre as duas matérias

- **Josué de Castro - o gênio silenciado** (Diário de Pernambuco), de Vandek Santiago, caderno especial publicada em setembro de 2004; e

- **Ouro de Minas-300 anos de História** (Estado de Minas), de Gustavo Werneck, Lucas Figueiredo e Isabella Souto, publicadas em maio e junho de 2005.

REPORTAGEM DE RÁDIO

Cidade Baixa - um território sem lei (Rádio Gaúcha), de Cid Martins, veiculada em abril de 2005.

REPORTAGEM ESPORTIVA

Programas Brasil futebol clube (ESPM Brasil), de Roberto Salim e Ronaldo Kotscho, veiculados entre fevereiro e agosto de 2005.

REPORTAGEM SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Oito objetivos do milênio (Folha de São Paulo), de Patrícia Trudes e Renato Essenfelder, publicada em março de 2005.

REPORTAGEM DE TELEVISÃO

Imbroglione (TV Record), de Leandro Cipoloni e Paulo Nicolau, veiculada em março de 2005.

REPORTAGEM CINEMATOGRAFICA

Agressão (TV Record), de Eusébio Gomes, veiculada em março de 2005.

REPORTAGEM DE CORRESPONDENTE ESTRANGEIRO

Wolke von geheimnissen (Nuvem de suspeita - Revista Der Spiegel), de Jens Glusing, publicada em abril de 2005.

REPORTAGEM DE TELECOMUNICAÇÕES

(veículos especializados)

Tempos modernos (Frecuencia Latinoamérica), de Ana Paula Lobo e Graça Sermoud, publicada em março de 2005.

REPORTAGEM DE TELECOMUNICAÇÕES

(veículos não especializados)

A nova geração conectada (Época), de Alexandre Mansur, Luciana Vicária e Henrique Fruet, publicada em agosto de 2005.

MEMÓRIA

UMA VIDA EM DVD: TANCREDO

A ABI exhibe o DVD produzido por Fernando Barbosa Lima, uma obra feita de verdade, emoção e, diz Mauro Salles, inovações técnicas.

Associados da ABI e convidados assistiram em 9 de novembro, no Auditório Oscar Guanabary, ao DVD *Tancredo Neves — Mensageiro da liberdade*, produzido pelo jornalista Fernando Barbosa Lima, membro do Conselho Deliberativo da ABI. O

evento reuniu grande número de espectadores naquela que foi a única apresentação pública da obra no Rio de Janeiro.

Fernando Barbosa Lima disse que o objetivo do documentário é fazer com que as pessoas conheçam a História do Brasil, num momento de transição da ditadura militar para a democracia: — Há detalhes interessantes no filme, contados através de depoimentos de pessoas importantes que conviviam de Tancredo. Quem assistir jamais vai esquecer.

A produção deste DVD, diz ele, faz parte da série *Os grandes brasileiros*, que pretende resgatar a memória do País: — Começamos com a vida de Barbosa Lima Sobrinho, em seguida contamos a vida de Brizola e agora falamos de Tancredo. Esta série vai ficar disponível em bibliotecas e centros culturais, mas o ponto de partida de exibição será sempre a ABI.

O Presidente da ABI abriu a sessão lembrando que Tancredo sempre demonstrou coragem cívica e competência política. Em seguida, convidou Mauro Salles, que foi coordenador da campanha presidencial de Tancredo e com ele criou laços fraternos, a fazer a apresentação do filme.

— Sempre gostei de política e de políticos inteligentes. Quando trabalhava no *Globo*, fui convidado por Tancredo para ser seu secretário e morei dez meses em sua residência em Brasília — contou Mauro Salles, que recordou também que, apesar de ele e Tancredo pertencerem a partidos diferentes, ainda assim articulou sua campanha à Presidência da República: — Iniciamos em Goiânia, embalados pela mobilização das Diretas Já. Sabia que se fizéssemos isso no eixo Rio—São Paulo não conseguiríamos reunir tantas pessoas. Pensei em Goiás e foi um sucesso, com mais de 250 mil pessoas.

Mauro Salles chamou atenção para as inovações técnicas adotadas no filme, que faz de um período emocionante. Na abertura, Antônio

Britto, que foi assessor de Tancredo, é quem apresenta o documentário, recordando que a intenção do Presidente era promover mudanças políticas, econômicas e sociais.

O documentário conta com depoimentos de Fernando Henrique Cardoso, José Sarney, Waldir Pires, Antônio Carlos Magalhães, Aécio Neves, Mauro Salles, José Augusto Ribeiro, Antônio Britto, Almino Afonso, Tancredo Augusto, filho do falecido Presidente, entre outros. FHC diz que Tancredo conhecia os problemas do País e do mundo e por isso era um dos grandes personagens da História. Já Tancredo Augusto faz o relato familiar, lembrando momentos da infância do Pre-

sidente, de seu sonho de ir para a Marinha de Guerra, da formação em Direito e do trabalho como jornalista no *Estado de Minas*.

Os netos Andréa Neves da Cunha e Aécio Neves remontam à trajetória política de Tancredo, da Prefeitura de São João del Rei à Presidência da República. Andréa diz que a convivência de seu avô com

Getúlio Vargas o fez carregar para sempre as lembranças de sua morte. Aécio, por sua vez, reforça a característica de grande conciliador de Tancredo.

Um dos ricos detalhes contados no documentário é apresentado quando outro assessor, José Augusto Ribeiro, fala sobre o tempo em que os Estados Unidos tinham uma base militar no arquipélago de Fernando de Noronha para estudos espaciais:

— Os norte-americanos queriam renovar a licença para permanência na ilha. No entanto, Tancredo dizia que não podia decidi-lo sem consultar as Forças Armadas. Passado algum tempo, quando eles perceberam que não conseguiriam revalidar seu contrato, desistiram e Tancredo manteve-se em silêncio, pois ainda era a época da Guerra Fria e aquilo seria um grande fracasso para os Estados Unidos, já que a União Soviética se destacava nos experimentos espaciais.

O filme também mostra com riqueza de informações a comemoração da vitória de Tancredo na primeira eleição livre desde 1960 e suas viagens ao redor do mundo, nas quais foi recebido por autoridades de cada um dos países visitados. Os momentos em que começa a sentir as dores abdominais que o levaram ao Hospital de Base de Brasília também são contados e mostram que o Presidente se recusava inicialmente a fazer qualquer intervenção cirúrgica, pois o General Figueiredo não deixaria que Sarney assumisse em seu lugar. A emocionada mobilização do País com a morte de Tancredo finaliza a história, embalada pelo Hino Nacional.



MEMÓRIA ■ por João Marcos de Carvalho



FOTOS: CPDOC/FEV

Henrique Teixeira Lott (E) observa Nereu Ramos tomar posse na Presidência da República. Na foto abaixo, Lott e o presidente, depois da posse.

O golpe da legalidade

O historiador e jornalista João Marcos Carvalho envia, de Maceió, artigo sobre a manobra que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek.

Onze de novembro de 1955. Ainda traumatizado pelo desfecho sangrento da crise de agosto de 1954 — quando o Presidente Getúlio Vargas, ao atirar contra o próprio peito, abortou um golpe de Estado que pretendia arrancá-lo do poder —, o povo brasileiro assistiu, atônito, a mais um episódio típico de uma nação onde democracia custava a cristalizar-se. O General Henrique Teixeira Lott, que até a véspera era o Ministro da Guerra, assume o comando das tropas do Exército, cerca bases aéreas e quartéis da Marinha e depõe Carlos Luz, empossado três dias antes na Presidência da República. Luz sucedera a Café Filho, afastado por doença. No dia seguinte, o Senador Nereu Ramos é o novo Presidente do Brasil com as bênçãos de Lott, que impede a volta de Café. Estava, assim, consumado o “Golpe da Legalidade”, que garantiria a posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República a 31 de janeiro de 1956.

Para que se possa entender melhor esse episódio digno de republiqueta de bananas, é fundamental retroceder a 1950. Naquele ano, Getúlio Vargas, após quatro anos de “exílio”, volta ao poder nos braços do povo e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O ditador de 1930-1945 agora é Presidente constitucional, eleito para governar o País entre 1951 e 1955.

O Governo Vargas defende o monopólio estatal do petróleo e a industrialização do País, fato que contraria interesses de grupos empresariais multinacionais, representados pela União Democrática Nacional (UDN), partido que tem como um de seus líderes o incendiário jornalista Carlos Lacerda, dono da *Tribuna da Imprensa* (RJ), principal jornal de oposição ao getulismo.

Já os militares se dividiam em dois grupos. De um lado, estão os nacionalistas, que apóiam a política de Vargas; do outro, os que são simpáticos aos Estados Unidos e que pregam a atração de capital estrangeiro para “alavancar a economia”. Eram tempos de choques ideológicos claros e abertos, espelhando a guerra fria travada entre capitalistas e socialistas que dividia o mundo em dois blocos antagônicos.

Em 1954, Lacerda, através de seu jornal, faz ataques virulentos ao Presidente. Gregório Fortunato, assessor mais próximo de Vargas, assume as dores do chefe e, sem o seu conhecimento, resolve eliminar o “Corvo”, apelido pelo qual o jornalista era conhecido. Em 5 de agosto, pistoleiros assalaria-



dos atacam Lacerda, mas erram o alvo e matam o Major Rubens Vaz, da Aeronáutica, que lhe fazia a segurança.

A UDN acusa Vargas de mandante. A Aeronáutica persegue e prende os assassinos. Lacerda, pela *Tribuna*, abre fogo cerrado contra o Presidente, secundado por inúmeros jornais de oposição. Boa parte dos militares exige a renúncia. O Vice-Presidente Café Filho e o Ministro da Guerra, General Zenóbio da Costa, estão na conspiração. Acuada, Getúlio Vargas se suicida.

Um país à beira do caos

Café Filho, Vice-presidente de Getúlio, assume a Presidência no mesmo dia em que o corpo do velho caudilho dos pampas era velado no Palácio do Catete por multidões em pranto. Os inimigos do getulismo haviam chegado ao Poder, mas a comoção provocada pela morte traumática do Presidente inibe maiores demonstrações de euforia.

A bala com que Getúlio tirou a própria vida para entrar na História acertara as costas dos golpistas de plantão. Prova disso foi a vitória de Juscelino Kubitschek, apoiado pelo getulismo, nas eleições presidenciais de 3 de outubro de 1955. Inconformada, a UDN conspirava em todas as esquinas para impedir a posse do eleito, marcada para 31 de janeiro de 1956, e não media conseqüências para alcançar seu intento, pregando, inclusive, o golpe militar puro e simples.

No dia 3 de novembro, Café Filho sofre um distúrbio cardíaco e é internado. Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados, afinado com a UDN, assume a Presidência no dia 8 e recusa-se a punir militares que, publicamente, se manifestam pelo impedimento da posse de Juscelino. Vendo sua autoridade ruir, o General Teixeira Lott, legalista e disciplinador, pede demissão do Ministério da Guerra.

Decisão radical

Quando ainda comemoravam a queda de Lott, último obstáculo para suas pretensões golpistas, os udenistas foram surpreendidos pela decisão radical do General em favor da legalidade. Na madrugada do dia 11, contando com o apoio de oficiais nacionalistas, Lott sai às ruas comandando as principais unidades do Exército. Numa ação fulminante, e sem dar um tiro, domina os focos golpistas na Aeronáutica e na Marinha disseminados em todo o País. Deposto, Carlos Luz embarca no cruzador *Tamandaré* rumo a Santos para organizar a resistência. Sem apoio, retorna ao Rio e capitula. Nereu Ramos, Presidente do Senado, é empossado na Presidência da República ainda no dia 11.

Estava, assim, pavimentado o caminho para a posse constitucional de JK em 1956, que manteve Lott no Ministério da Guerra. Por sua luta em favor da legalidade, Teixeira Lott, que, em 1960, era marechal, foi lançado candidato à Presidência da República pelas forças progressistas. Perdeu para Jânio Quadros, que renunciaria com sete meses de Governo, logo depois de tentar um golpe tresloucado que tinha por objetivo torná-lo ditador.

Quatro anos mais tarde, o Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, mineiro de Antonio Carlos, seria preso por se opor ao golpe militar de 1964, que levaria ao poder a ala radical da direita militar. Durante a ditadura, Lott foi vigiado e impedido de participar da vida pública. Faleceu em 1984, aos 90 anos, quando o Brasil estava agitado pela campanha das Diretas Já.



AGÊNCIA GLOBO

Armando Nogueira, o mestre da grande área, define assim a cobertura de esportes, que festeja em 8 de dezembro o Dia do Cronista Esportivo.

Dia 8 de dezembro é a data consagrada ao Cronista Esportivo. No final dos anos 60, o jornalista Milton Pedrosa publicou uma importante antologia sobre a crônica esportiva brasileira, na qual afirma que esta é uma criação do século XX, que surgiu “meio que marginalizada na imprensa, quando o futebol ainda engatinhava. Um João do Rio precisava se disfarçar para fazer reportagem no Fluminense”.

O esporte que deu notoriedade à crônica esportiva foi o futebol, que nem sempre foi a modalidade esportiva a desfrutar de tanta popularidade. Conforme observa Milton Pedrosa, nos primeiros anos dos 1900 eram o turfe e o remo que figuravam como as grandes vedetes esportivas. Só quando deixou de ser um esporte praticado exclusivamente pela elite é que o futebol ganhou o status de paixão nacional.

“Foi por volta de 1895, com o surgimento de vários clubes de remo no Rio, entre os quais Botafogo, Flamengo e Vasco, e a crescente popularidade de tal modalidade que os jornais começaram a abrir mais espaços para o esporte. Antes, na prática, os periódicos se limitavam a publicar matérias e resultados das corridas de cavalo. Há quem defenda a tese de que turfe não é esporte — a exemplo de outra corrente que diz o mesmo do automobilismo. Daí existir uma certa polêmica em torno de quando exatamente a imprensa passou a abordar o assunto.”

Quem faz as afirmações acima é o jornalista, cronista e pesquisador Roberto Assaf, autor de vários livros

sobre futebol. Segundo ele, pode-se considerar que foi a partir de meados do século XIX que o esporte, mais especificamente o turfe, ganhou algum espaço nos jornais. O futebol passou a ser jogado regularmente em 1905, mas sua popularidade aconteceu de 1914 em diante:

— Então, o futebol já não podia mais ser ignorado pelos jornais e revistas — o rádio só chegou ao Brasil em 1922 e a TV, em 1950. Logo o esporte tomou o lugar do turfe e do próprio remo, passando a ocupar duas, três páginas por edição. Assim, algumas publicações especializadas foram surgindo e talvez a mais notória tenha sido a revista *Vida Esportiva*.

JS, o marco

Diz Assaf que na década de 20 já é possível encontrar crônicas assinadas sobre partidas de futebol, um hábito do extinto *O Imparcial* (1911-1942). Mesmo assim, é quase impossível descobrir quem foi o primeiro cronista esportivo brasileiro.

— Já revirei milhares de páginas de jornais do começo do século passado, de *O Imparcial*, *O Paiz*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, enfim, de várias publicações há muito extintas, mas não sou capaz de apontar o pioneiro. Existem muitas crônicas de autores desconhecidos, algumas até com algum estilo, levando-se em conta a linguagem da época, é claro.

Para ele, é a criação do *Jornal dos Sports*, em 1931, que faz o esporte crescer em importância na mídia, especialmente depois que passou a ser con-

trolado por Mário Filho: — Ele logo mostrou que é possível redigir textos sobre o assunto sem cair no lugar comum e não tardou a fazer escola. José Lins do Rego escreveu por longo tempo no *JS*, e sua presença nas páginas do jornal foi importante para o público entender que um escritor consagrado também pode falar de futebol.

Vertigem

Responsável pela coluna *Na grande área* — publicada no *Lance!* e em diversos outros jornais brasileiros — e apontado como um dos maiores cronistas brasileiros, Armando Nogueira considera o jornalismo esportivo no Brasil “uma atividade trepidante e vertiginosa” e acha que a crônica esportiva está bem servida:

— Há gente como o Tostão, o Juca Kfourri, o José Geraldo do Couto e o Fernando Calazans, que são caracterizadamente cronistas, pois se permitem licenças poéticas, líricas.

Armando passou a atuar na crônica esportiva depois de, como gosta de dizer, “viver as longas experiências que um profissional pode ter na editoria de Esportes”: — Fui apurador, repórter, redator, comentarista... Considero que cheguei à etapa de cronista quando comecei a assinar colunas no *Jornal do Brasil* e, depois, no *Estado de S. Paulo*. Digo isso porque vejo diferença nas funções. O repórter lida com a fonte da informação e a notícia; o comentarista, com a análise e, eventualmente, com a opinião; e o cronista trata dos fatos com liberdade. Por exemplo, um jogo de futebol nem sempre merecerá

de mim uma análise tática ou técnica. Na crônica, posso viajar tanto num tema quanto num personagem.

Caminhos do lirismo

Colegas e leitores costumam dizer que as crônicas de Armando Nogueira soam como poesia — e ele diz que o futebol é o esporte que mais contribui para um cronista se expressar dessa maneira:

— O futebol é um esporte lúdico e, ao mesmo tempo, poético, lírico e patético. Reúne todos os sentimentos com os quais o cronista trabalha a sua sensibilidade. O futebol é um arrebatamento e, como ele lida com sonhos e fantasias, é um estímulo a mais para você enveredar pelos caminhos do lirismo.

Para Armando, o período mais fértil da crônica esportiva no Brasil deu-se com Mário Filho e Nelson Rodrigues: — Os irmãos foram responsáveis por muita criatividade nessa área, principalmente o Nelson, que, pela qualidade do texto metafórico, hiperbólico e arrebatado, representa sem dúvida o momento culminante, o esplendor do jornalismo esportivo no Brasil.

Jeito do Rio

José Antônio Gerheim, que assina a coluna *Show de bola* no *Jornal dos Sports*, diz que a crônica esportiva tem sotaque carioca:

— Deixando de lado o bairrismo, acho que a crônica esportiva, em nosso País, tem muito do jeito carioca de ser. Por ter sido a Corte e a capital da República e o local onde o futebol se desenvolveu, o Rio de Janeiro criou um estilo. A maioria dos cronistas consagrados, como Nelson Rodrigues, Sandro Moreyra e Roberto Porto, está no Rio — apesar de o Armando Nogueira, do Acre, e o João Saldanha, de Goiás, não terem nascido cariocas.

Gerheim acha que, por ter produzido cronistas como Machado de Assis, João do Rio e Lima Barreto — que não gostava de futebol, esporte praticado somente pela elite em sua época —, o Rio desenvolveu um estilo de escrever que está muito ligado à história da cidade.

Roberto Assaf, por sua vez, diz que o que houve de mais interessante dos anos 60 para cá na crônica esportiva foi a adoção de uma linguagem mais informal: — Quando examinamos as publicações, ou ouvimos narrações e comentários da época, notamos um jeito de escrever ou de falar mais empolado, próximo do professoral. Existiam exceções, como Nelson Rodrigues ou João Saldanha, mas, no geral, era um tédio só. Em meados dos anos 70, descobriu-se que era possível abordar o esporte sem que fosse necessário se comportar como um orador de igreja.

Em contrapartida, ressalta, a mudança levou a alguns exageros: — Chegamos a uma informalidade absurda, às vezes barata, às vezes pálida, de um lugar comum impressionante. Isso ocorreu porque há muita gente excessivamente jovem falando e escrevendo. Falta-lhes sobretudo o conhecimento da matéria e experiência de vida para contar casos e explicar situações. Os grandes cronistas brasileiros são aqueles que evitam, de todo jeito, posar de donos da verdade.



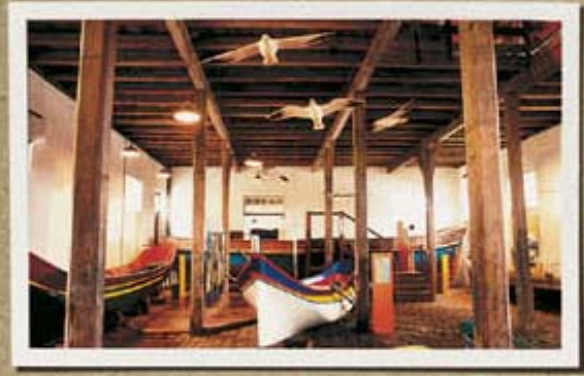
Giramundo Teatro de Bonecos



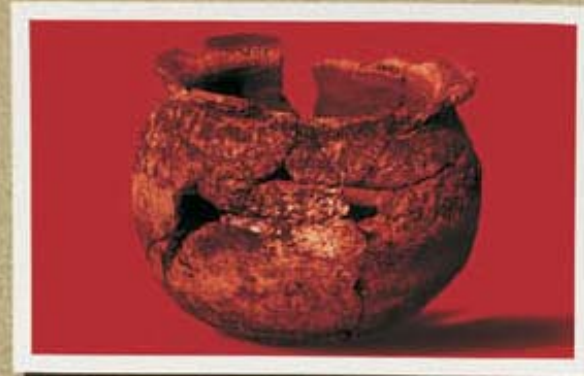
Arquivo Nacional do Rio de Janeiro



Acervo Antônio Carlos Jobim



Museu Nacional do Mar (São Francisco do Sul - SC)



Museu de Arqueologia do Xingó (Canindé de São Francisco - SE)



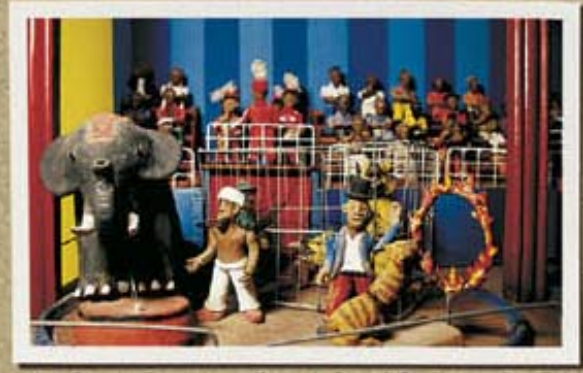
Patrimônios Culturais Indígenas (AP/PA)



Museu de Arte Sacra de São Cristóvão (SE)



Mestres da Cultura de Icoaraci (PA)



Arte Popular Brasileira na Casa do Pontal (Rio de Janeiro - RJ)



Estação da Luz (SP)



Festival Denise Stoklos



Tribo de Atuadores Ói Nós Aqui Traveiz



Acervo Grande Otelo



Orquestra Petrobras Sinfônica



Grupo Corpo



Museu da Inconfidência de Ouro Preto (MG)



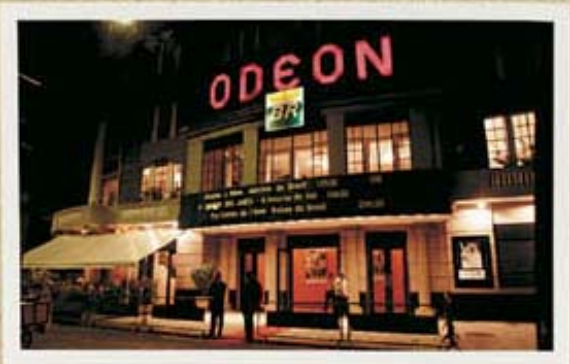
Restauração da Obra de Glauber Rocha



Grupo Galpão



Anima Mundi



Odeon Petrobras



Cia. de Dança Deborah Colker



Acervo Rádio Nacional



Rito de Passagem - Canto e Dança Ritual Indígena



Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte (MG)



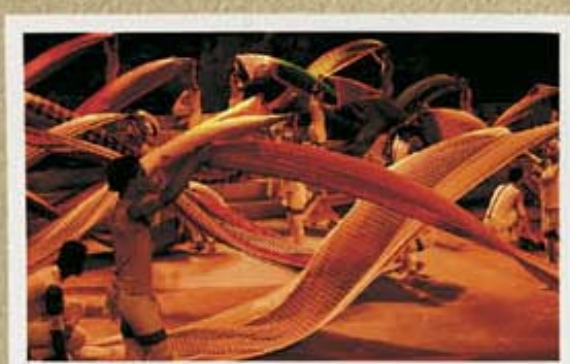
Teatro Oficina



A Pessoa é para o que Nasce (Longa-metragem)



Festival Internacional de Inverno de Brasília



Samwaad - Rua do Encontro



Tocando a Memória - Rabeca (Bragança - PA)

A Petrobras é a maior patrocinadora de cultura do Brasil. Porque as grandes riquezas do País nem sempre estão no subsolo.

“O melhor do Brasil é o brasileiro”, provém de obra de Câmara Cascudo.

A arte é a expressão dos valores que nos fazem brasileiros. Para democratizar o acesso a esta arte é preciso incentivo. Por isso, a Petrobras patrocina projetos culturais no Brasil inteiro. Afinal, uma empresa que surgiu de um sonho tinha que incentivar a imaginação do seu povo.

A honra é “intabelável”

Ricardo Pedreira - Como o senhor vê a chamada “indústria do dano moral”, essa profusão de ações e condenações de jornais e jornalistas por supostos crimes contra a moral alheia e que resulta em penas pecuniárias altíssimas?

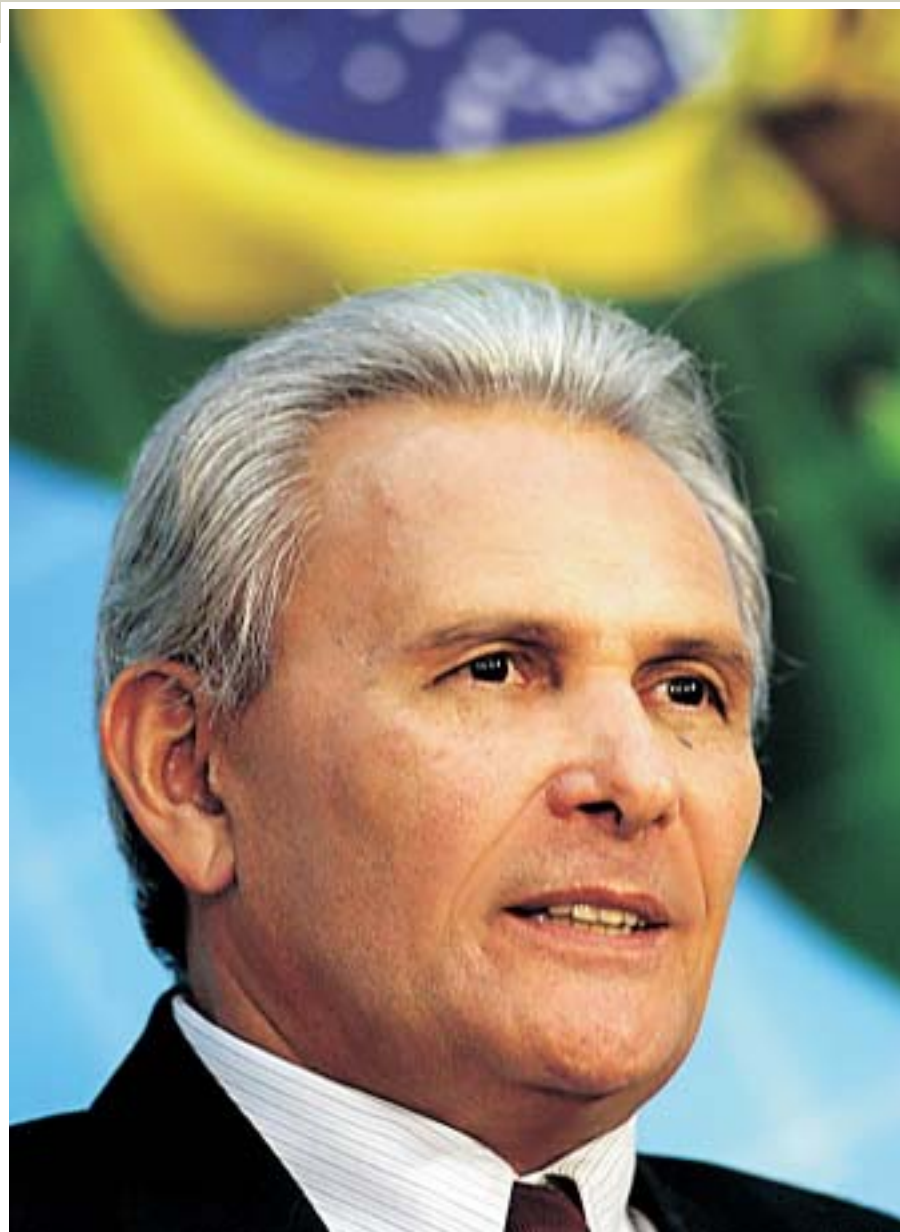
Edson Vidigal - Primeiro, acho que é importante a gente contextualizar essa questão, lembrar como surgiu o conceito do dano moral, num sentido amplo, não apenas restrito aos meios de comunicação. Ele já existia antes da Constituição de 88, em disposição do Código Civil. De forma bem abrangente, o Código determinava que aquele que, por negligência, imprudência ou imperícia, causasse danos a outros, seria obrigado a reparar o dano. No regime militar, veio a Lei de Imprensa, com a figura da indenização por delito de imprensa, equivalente a até 200 salários-mínimos. Ficou então estabelecido, de forma absolutamente equivocada em minha opinião, “a honra tabelada”. Ou seja, a honra de alguém podia variar de um a 200 salários-mínimos. A honra mais intocada era aquela de 200 salários-mínimos... Mas, depois, a Constituição de 88 definiu, no seu artigo 5º, que caberia indenização pelo dano moral decorrente da violação da honra das pessoas, sem estabelecer limites. A partir daí, quem se julgava caluniado ou ofendido na honra por matérias jornalísticas passou a se valer desse preceito constitucional e não da Lei de Imprensa. E juízes de instâncias inferiores, erradamente no meu ponto de vista, passaram a definir penas altíssimas, desproporcionais ao suposto delito cometido.

E como resolver essa distorção?

Edson Vidigal - De uns dois anos para cá, nós do STJ temos buscado corrigir essa situação, definindo, quando é o caso, penas proporcionais aos delitos eventualmente cometidos. Nossa jurisprudência tem sido no sentido de reprimir os exageros em relação ao dano moral nessas ações. O entendimento é o de que a indenização por dano moral não pode ser fator de enriquecimento e deve guardar uma proporcionalidade com a suposta calúnia, injúria ou difamação. Tivemos casos de decisões de instâncias inferiores em que o dono de jornal não poderia pagar a indenização nem que vendesse todo o patrimônio da empresa. No STJ, buscamos corrigir situações como essas.

Mas tudo isso depende de recurso de uma instância judiciária para outra, de uma profunda mudança de cultura, de mentalidade dos juízes. No Congresso existe um projeto de lei sobre danos morais que estabelece faixas e limites. Não seria o caso de adotá-lo?

Edson Vidigal - Eu sou contra isso, porque é tabelar a honra. A honra é “intabelável”, se é que existe essa expressão. Isso permite que aquele que tenha recursos para tal possa ofender e caluniar os outros. Em minha opinião, a sa-



JORGE CAMPOS/ACS-STJ

O Presidente do Superior Tribunal de Justiça, **Ministro Edson Vidigal**, repele a idéia de que a honra pode ser objeto de tabelamento, como vêm fazendo inúmeros juízes em ações da chamada “indústria do dano moral”. Vidigal considera que essas ações não podem ser fator de enriquecimento.

Em entrevista ao jornalista Ricardo Pedreira, de Brasília, e publicada originalmente no *Jornal da ANJ* (Associação Nacional de Jornais), o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Edson Vidigal, analisou extensamente as questões relacionadas com a chamada “indústria do dano moral”, que inunda o Poder Judiciário, em diferentes instâncias, com uma enxurrada de ações que ensejam a emissão de decisões que não guardam proporcionalidade com o agravo cometido. Vidigal considera que a honra é insuscetível de tabelamento, como o feito pela Lei de Imprensa, em 1967, ao admitir indenizações de até 200 salários-mínimos, valor da “honra mais intocada”. – A honra é “intabelável”, se é que existe essa expressão. Isso permite que aquele que tenha recursos para tal possa ofender e caluniar os outros – diz o Ministro, que acredita que esse quadro só será alterado com uma mudança da cultura e da mentalidade jurídicas, a qual a seu ver já se encontra em curso. – É um processo que demanda tempo – diz –, mas é natural que seja assim. A ABI contou com a colaboração do jornalista Luiz Adolfo Pinheiro, Diretor da Assessoria de Comunicação Social do STJ, para a reprodução dessa importante manifestação. A seguir o diálogo entre Pedreira e o Ministro.

ída nesses casos é mesmo uma mudança gradual da cultura e da mentalidade jurídicas, coisa que já está acontecendo. É um processo que demanda tempo, mas é natural que seja assim.

Então, com a atual legislação, como devem ser as penas para jornais ou jornalistas que tenham, por decisão da Justiça, causado algum tipo de dano moral?

Edson Vidigal - Nesses casos, o caminho é penalizar o grande patrimônio do profissional ou do órgão ao qual ele serve. E qual é o grande patrimônio de um jornal ou de um jornalista? É a sua credibilidade. Antes de tudo, a eventual condenação deve resultar numa pena pecuniária razoável, proporcional ao dano moral cometido, mas seus resultados não devem ir para o bolso de quem se julgou caluniado, ofendido e injuriado. Exatamente para não dar margem à chamada “indústria do dano moral”. Os valores razoáveis estabelecidos pela Justiça devem ir, por exemplo, para uma instituição de caridade. Outra forma pode ser a destinação dos recursos oriundos da pena pecuniária para um fundo, um fundo de defesa de direitos humanos, de pesquisa jornalística, etc. Outra forma, ainda, é que o espaço hoje usado gratuitamente para divulgar a sentença condenatória seja pago a partir de descontos em parcelas do salário do profissional que causou o dano moral. Que penalização maior pode ter um jornalista do que o jornal publicar sentença condenatória onde explicitamente esteja dito que aquele espaço é pago por ele mesmo, pela falta cometida? A questão fundamental, no meu ponto de vista, é dar conhecimento à opinião pública do erro cometido pelo profissional. Isso atinge no que é mais importante, que é a credibilidade.

Mas parece que há o entendimento de que a parte mais sensível do corpo humano é o bolso...

Edson Vidigal - Eu penso que não. Entendo que a parte mais sensível do corpo humano, especialmente em se tratando de quem exerce o jornalismo, é a dignidade, é a credibilidade. Nosso desafio, no STJ, é criar essa mentalidade entre os juízes e os meios de comunicação.

Qual seria o resultado dessa mudança de mentalidade?

Edson Vidigal - Tenho certeza de que acabaria funcionando de forma preventiva. Haveria uma redução gradativa dessas ações por dano moral. Só quem se julgasse de fato ofendido, caluniado ou injuriado entraria na Justiça para reivindicar reparação por dano moral. Não haveria mais sentido em buscar o enriquecimento. Por outro lado, também jornais e jornalistas tenderiam a ser mais cuidadosos na apuração daquilo que publicam. Entendo que muitas vezes o jornal ou o jornalista não age por dolo ao veicular uma determinada informação que será considerada

irresponsável. É que a cultura predominante no meio e a competição acirradíssima muitas vezes levam a isso.

Como jornalista e juiz também, qual sua visão dessa cultura do furo, da corrida contra o tempo para publicar ou divulgar determinada informação?

Edson Vidigal - Acho que isso faz parte da essência do jornalismo, mas é preciso ter muito cuidado. Às vezes um jornalista, pensando em chegar na frente do "coleguinha", exagera no trato da informação. É um erro, por exemplo, acreditar demais em fontes que se escondem no anonimato, de policiais, de representantes do Ministério Público, como é tão comum hoje em dia. A informação deve ser produto de uma apuração. Não é por outra razão que o termo "repórter" se origina, na imprensa norte-americana, do ato de investigar. Todo repórter deve ser um investigador. Por isso, acho uma redundância falar em repórter investigativo. Mas como chamar de investigação determinada reportagem feita em menos de 24 horas simplesmente porque alguém do Ministério Público ou determinado policial me soprou uma informação, me entregou um dossiê, me passou a degravação de uma fita que muitas vezes pode ter sido editada?

E sobre a Lei de Imprensa? Há uma em vigor e um projeto tramitando no Congresso. O senhor considera necessária uma Lei de Imprensa?

Edson Vidigal - Eu sustento que a Lei de Imprensa é dispensável no Estado Democrático de Direito. Tudo o que a atual Lei de Imprensa trata está previsto em outras legislações. A Lei de Imprensa, por exemplo, trata do registro das empresas jornalísticas. O Direito Comercial trata do registro de todo tipo de empresa. A empresa jornalística não é diferente de qualquer outra empresa. A Lei de Imprensa é fruto da ditadura, quando se buscou cercear e tutelar o funcionamento dos meios de comunicação. A atual Lei de Imprensa prevê apreensão de jornais, coisa que é inconcebível num regime verdadeiramente democrático, conforme reza nossa Constituição. Acho mesmo que, se houver uma iniciativa junto ao Supremo, essa Lei de Imprensa seria declarada inconstitucional.

Mas muitos juizes, combinando a Constituição com o Código Civil, têm exercido na prática a censura prévia, o que é expressamente proibido pela Constituição.

Edson Vidigal - O que está acontecendo no caso dessas decisões judiciais é um exemplo do descompasso com que se fazem as leis no Brasil. O Código Civil, embora promulgado há pouco tempo, vinha sendo feito há mais de 20 anos. A Constituição de 88 ultrapassou o Código, que visivelmente está inconstitucional em muitos pontos, como é o caso do seu artigo 20, que tem permitido essas decisões que resultam, na prática, em censura prévia. Trata-se de erro lamentável, que, tenho certeza, será corrigido com o tempo, à medida que essas decisões chegarem às instâncias superiores. A saída do regime autoritário para uma verdadeira democracia demanda mais tempo do que se imagina, pois é necessário mudar as mentalidades. No Brasil ainda não completamos isso ainda. Mas vamos chegar lá.



Adolfo Martins, Presidente do Grupo Folha Dirigida, saúda os vencedores do Prêmio Personalidades do Turismo, escolhidos pelo voto de quem atua no setor.



José Zuquim, Presidente da Braztoa, entrega a placa a Eduardo Sanowicz, Presidente da Embratur. Ao lado, o Ministro Walfrido dos Mares Guia, outro agraciado.



Caio Luiz de Carvalho, Presidente da São Paulo Turismo, entrega a placa a Chieko Aoki, da Blue Tree Hotels, uma das premiadas na hotelaria.

PERSONALIDADES

Turismo premia quem o promove

Em cerimônia realizada na noite de 23 de novembro, no Golden Room do Hotel Copacabana Palace, seguida de coquetel e jantar, o jornal *Folha do Turismo* fez a entrega do Prêmio Personalidade do Turismo 2005. O evento é uma promoção do Grupo Folha Dirigida e conta com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa.

Os premiados foram Alberto Vidigal, Presidente da Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis; Álvaro Bezerra de Melo, Presidente do Conselho do Grupo Othon e Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro; Chieko Aoki, Presidente da Blue Tree Hotels; Eduardo Sanowicz, Presidente da Embratur; Eraldo Alves, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis; Goiaci Guimarães, proprietário da Rextur Operadora de Turismo S.A.; Guilherme Paulus, dono da CVC Viagens; Marco Antônio Bologna, Vice-Presidente da TAM; Ruy Gaspar, do Grupo Ocean Palace Hotel & Resort; Valter Patriani, Vice-Presidente da CVC Turismo; e Walfrido dos Mares Guia, Ministro do Turismo.

A sessão de entrega do prêmio foi aberta pelo Presidente do Grupo Folha Dirigida, Adolfo Martins, que apresentou um relato sobre a evolução do empreendimento jornalístico que dirige, iniciado em 1985 com a *Folha Dirigida*, com tiragem de 300 mil exemplares. Vinte anos depois, o jornal registra uma circulação mensal de cerca de 2 milhões de exemplares, contabilizando-se a edição tradicional, que circula no Rio e em São Paulo, e as edições regionais por todo o País.

A ABI foi representada por seu Presidente, que saudou os distinguidos com o título de Personalidade Turística 2005 — escolhidos através de votação em cupom distribuído pela *Folha do Turismo* — e exaltou "a competência jornalística e o descortino empresarial de Adolfo Martins, que ao criar a *Folha do Turismo* teve a premonição de que atividades turísticas podem ter grande importância econômica no País". Maurício Azêdo citou, a esse respeito, a estatística divulgada naquela semana no caderno *Viagem* do jornal *O Estado de S. Paulo*, a qual revela que os negócios nessa área correspondem hoje a 8% do PIB e a 10% da massa de trabalhadores empregados em Portugal.

Encerrando a cerimônia, o Ministro Walfrido dos Mares Guia fez um pronunciamento de cerca de 40 minutos a respeito de um estudo sobre o mercado turístico no Brasil, que estima que em 2005 alcance a marca de 5,6 milhões de turistas estrangeiros e a receita de US\$ 3,2 bilhões, com entrada no Banco Central.

O Ministro informou que em relação ao ano anterior houve em 2005 um crescimento de 300% em aplicações e que o plano orçamentário para 2006 prevê um crescimento com o mesmo percentual. De janeiro a setembro de 2005, informou o Ministro, os desembarques internacionais no Brasil somaram 5,07 milhões de passageiros, o que representou uma alta de 14,2% em relação a 2004. Só em setembro os desembarques internacionais foram de 521.268 passageiros e os gastos de turistas estrangeiros chegaram a US\$ 319 milhões.

Mares Guia acentuou especialmente a importância das aplicações feitas na promoção da imagem turística do Brasil no exterior, no valor de 100 milhões de dólares, o que assegurou crescimento significativo do número de turistas estrangeiros no País.

ADOLFO AGRADECE

Em mensagem firmada por seu Presidente, jornalista Adolfo Martins, o Grupo Folha Dirigida agradeceu a saudação da ABI ao 20º aniversário da fundação do jornal, que "tem encontrado um gratificante reconhecimento da comunidade, como esse de agora, trazendo a chancela e o prestígio de uma instituição com o peso da ABI." Diz o ofício enviado à Casa por Adolfo Martins:

"Acusamos o recebimento da comunicação na qual Vossa Senhoria nos dá a grata notícia sobre a decisão da Associação Brasileira de Imprensa de saudar o transcurso dos 20 anos da *Folha Dirigida*, prestando uma homenagem simbólica ao nosso jornal.

Desejamos expressar os nossos mais profundos agradecimentos por essa iniciativa que muito nos sensibiliza, sobretudo

pelo que ela traduz e pelo perfil dos que a referendam.

Nesses 20 anos de trajetória da *Folha Dirigida*, nossos esforços têm se concentrado no foco da Educação, do Trabalho e da Cidadania e essa diretriz editorial do jornal tem encontrado um gratificante reconhecimento da comunidade, como esse de agora, trazendo a chancela e o prestígio de uma instituição com o peso da ABI.

Renovamos nossos agradecimentos e encarecemos a Vossa Senhoria que os estenda a todos os ilustres membros dessa Diretoria, acompanhados de nossos mais elevados protestos de estima e consideração. Cordialmente, Adolfo Martins de Oliveira, Presidente."

DIREITOS HUMANOS

ABI DENUNCIA CASO DE AGRESSÃO

Fiscais da Funasa são seqüestrados e humilhados em fazenda na Bahia

Os casos de agressão física e psicológica sofrida por servidores da Fundação Nacional da Saúde-Funasa, comunicados à ABI pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal-Condsef, serão denunciados ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Brasília, cujo plenário é integrado pela ABI, que vai pedir ao Ministério da Justiça que instaure procedimentos investigativos e que sejam tomadas as medidas cabíveis contra os autores dos atos de violência.

Em seu comunicado, a Condsef informa a agressão, no dia 17 de outubro, na Bahia, aos trabalhadores Walmir Ferreira de Souza, Antônio Bispo de Archanjo, Carlos Geraldo Silva Maia, Sebastião Avelino da Costa e Ailton Virgínio Ramos. Os quatro estavam em Santa Maria de Vitória, no cumprimento de suas funções no combate à doença de Chagas, a caminho de Favelândia, na zona rural do Município, quando, sob a alegação de

que seriam os culpados por um incêndio que estava ocorrendo numa fazenda da localidade, foram interpelados por Walter Marques de Oliveira.

Os servidores, que fazem rotineiramente trabalho de campo para a Funasa, foram abordados pelo fazendeiro e seus filhos e um grupo de homens identificados apenas como funcionários da fazenda. Sob a mira de armas de fogo, foram conduzidos em seu próprio veículo de trabalho de volta à fazenda e ameaçados de morte. Com as armas apontadas em sua direção, tiveram que apagar o fogo, ouvindo xingamentos como “negros safados, sem-vergonha”, “macacos” e “todos os funcionários públicos são ladrões”. Walmir Ferreira de Souza foi também chutado pelos agressores.

O Secretário-Geral da Condsef, Josemilton Maurício da Costa, informou à ABI que, após submeter os servidores a torturas e humilhações, o fazendeiro ligou para a Polícia e para o escritório da Funasa em Bom Jesus da Lapa. Quatro horas depois, chegaram ao local alguns colegas de trabalho das vítimas e um carro policial, que levou os agredidos e o fazendeiro à delegacia local, onde prestaram queixa e o caso foi registrado.

Na Cemig a vida não é direito

A morte tornou-se rotina na empresa

A ABI vai fazer uma representação formal ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana para apuração das denúncias de acidentes de trabalho ocorridos com funcionários e pessoal terceirizado da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig. A base para o documento é um relatório que a ABI recebeu do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais e que envolve um dos direitos humanos fundamentais: o direito à vida.

De acordo com o relatório, de 1999 até 2005 foram registrados 46 acidentes fatais, sendo 15 com funcionários da própria Cemig e 31 com terceirizados. Os casos mais recentes em 2005 foram os que vitimaram Márcio Amaro Sobrinho,

funcionário da empreiteira Ecel, e Luiz Cláudio dos Santos, técnico de montagem elétrica de transmissão da Cemig havia 14 anos.

Márcio Amaro Sobrinho foi assassinado em 24 de outubro, quando viajava entre os Municípios de Manga e Montalvânia, Norte de Minas, para executar um trabalho de corte de energia por falta de pagamento, tarefa que, segundo o Sindicato, “a empresa reconhece como atividade-fim”.

Em 29 de outubro, Luiz Cláudio dos Santos sofreu um choque elétrico quando realizava ensaios em um transformador na subestação da Usina de Irapé, no Alto Jequitinhonha. As dificuldades operacionais desta obra já provocaram várias autuações da Delegacia Regional de Trabalho.

A denúncia da ABI terá o acompanhamento do jornalista Silvestre Gorgulho, seu representante no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em Brasília. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas, a Cemig é a empresa com o maior número de acidentes fatais do setor elétrico.

BB retém o que deve a Nequete

Ferido em agência do banco, sócio da ABI de 79 anos é vítima de chicana

Em discurso lido no Conselho Estadual de Cultura e enviado à ABI, da qual é associado, o jornalista Edison Curie Nequete lamentou o descaso da Agência Primeiro de Março do Banco do Brasil, onde se acidentou na porta giratória, mas não teve qualquer assistência, e da direção do Banco, que vem fazendo chicana para não pagar a indenização que Nequete ganhou na primeira instância do Judiciário.

Nequete, 79 anos, diz que foi “vítima de acidente, aparentemente insignificante, mas de conseqüências fatais”. Enquanto atravessava a porta de entrada da agência, de duas lâminas de vidro, ela se fechou involuntariamente, provocando sua queda. No entanto, ninguém do banco o socorreu.

A situação se agravou porque Nequete usa próteses nas duas pernas.

Em decorrência do tombo, não pôde mais se movimentar e seus intestinos e rins paralisaram. Ele conta que por diversas vezes tentou acordos com a Agência, mas em vão. Teve, então, de recorrer à Justiça, que lhe deu ganho de causa, mas, devido a um recurso impetrado pelos advogados do banco, ainda não pôde receber a indenização.

Nequete, que agradece às pessoas que o levaram para ser operado em Porto Alegre como responsáveis por salvar sua vida, diz que espera receber ainda em vida a quantia estipulada pelo Juiz, pois tem planos a cumprir. Entre eles, o mais importante é organizar sua “vasta contribuição à cultura do País.”

Em determinado trecho do discurso, ele diz: “Sou um ansião (...) com ‘s’, porque ainda tenho ânsia de viver. (...) Um ansião, portanto, que se recusa a ser marginalizado, discriminado, ofendido, vitimado por predadores que se utilizam de todas as armas para impedir que o velho tenha o direito de sonhar. Mas, senhores, eu sonho. E me empenho em concretizar meus sonhos.”

“O velho tem o direito de sonhar”

No texto lido no Conselho Estadual de Cultura, intitulado *Velha Teima de Velho*, diz o jornalista e teatrólogo Edson Nequete:

“Sou um ansião.

Mas, por favor, não confundam. Atenção, revisão: ansião com “s” e não com “c”.

Sou ansião, porque ainda tenho ansia de viver.

Viver é hábito que me agrada cultivar.

Sou ansião, por acordar, hoje, amanhã e depois, cheio de ansiedades e de fomes de realizações.

Mal o sol bate em minha cama, despertam-me desejos de estudar mais e mais; de aprofundar-me no conhecimento da alma humana, e de traduzir-me nas artes da poesia e do teatro.

Um ansião, portanto, que se recusa à marginalização, apesar de discriminado, ofendido, machucado por predadores, que se utilizam de todas as armas para impedir que o VELHO tenha o direito de sonhar.

Mas, senhores, eu sonho. E me empenho em concretizar meus sonhos e sonhos de outros.

Um dia desses, ao ser recebido no Conselho Estadual de Cultura, numa gentileza do órgão presidido pelo eminente pesquisador Ricardo Cravo Albin, hauri inspiração em

Nelson Cavaquinho: Me dêem as flores em vida!

Sim, eu quero flores. Agora. Quando eu me chamar saudade, de que me valerá, querido Noel, uma fita amarela?

A verdade, como diz o samba, é que, se um dia, eu passo bem, dois ou três, passo mal. Será que isso é natural?

Não. Não é. É muito injusto.

Aí vai um exemplo:

Acabei de ganhar causa contra determinada instituição. Bem que tenho urgência de receber a módica indenização estipulada pelo ínclito juiz. Mas a ré, impiedosamente, impetrou recurso, não levando em consideração minha já elevada idade: 79 anos!

Gostaria, é claro, que me restasse tempo e que não me faltassem recursos para aguardar, com tranquilidade, a solução do problema.

Mesmo assim, favoreça-me ou não a inexorabilidade das horas, eu, ansioso, não abduco de ser grato à vida.

E repito, alto e bom som o que já disse um poeta: Obrigado, coração, pelos tombos, pelas quedas, e também porque me enredas na vital obrigação de viver do coração.

Meu coração é igual àquele que Pixinguinha cantou: bate feliz sem saber por quê!”

Mário Alves: enfim, uma reparação moral

Morto há 35 anos, ele recebe do Estado do Rio o reconhecimento que a União lhe nega.

Em sua reunião de novembro, realizada no dia 30, a Comissão Especial de Reparação da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio deferiu mais 40 processos de indenização a título de reparação moral a vítimas de prisão e tortura durante o regime militar, sete das quais já falecidas, entre as quais o jornalista Mário Alves (Mário Alves de Souza Vieira), membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro-PCB e, após divergir deste, fundador do PCBR, que acrescentou o adjetivo Revolucionário à sigla PCB.

O livro *Brasil: Nunca mais* registra que “Mário Alves foi trucidado numa seqüência de torturas que incluíram a raspagem de sua pele com uma escova de aço e o suplício medieval do empalamento, sem que até hoje o Regime Militar tenha admitido essa morte, ocorrida no quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, no Rio, em janeiro de 1970”. (Petrópolis, Editora Vozes, 1985, página 96).



Mário Alves: durante a tortura, sofreu raspagem da pele com uma escova.

Entre os demais processos apreciados e deferidos figura o de Cecília Coimbra (Cecília Maria Bouças Coimbra), uma das fundadoras e dirigentes do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro.

Do total de processos apreciados, 40 foram deferidos.

DEFERIDOS

Adauto Dourado de Carvalho
Alcides dos Santos Souza
Ana de Miranda Batista
Antonio Edilberto Veras
Antônio Garcia Filho (falecido)
Arlindenor Pedro de Souza
Arnaldo Galeno Torricelli Filho
Arydio Xavier da Cunha (falecido)
Benício Medeiros de Carvalho
Cecília Maria Bouças Coimbra
Ceres Castor Caparelli
Delacy de Alcântara
Eliane Salgado Seldin
Enio Gama Moreira
Eurípedes Palazzo da Silva
Evaldo Lopes Gonçalves da Silva
Felipe dos Santos
Geraldo Azevedo de Amorim
Inimá Leite Flores
João Nunes da Silva
José Alberto Bandeira Ramos
José Carlos de Oliveira
Laerte Ribeiro
Laudelino da Silva Guedes

Lenin Vallim Jacobina
Lídia Maria Vargas de Queiroz
Manoel Gomes Filho
Marco Antonio Maranhão Costa
Maria Dalva Leite de Castro de Bonet
Maria do Carmo Gomes Maciel
Maria Luiza Araujo de Santana
Mário Alves de Souza Vieira (falecido)
Mário Gorgonha (falecido)
Nauro Guimarães
Nelson Mendes (falecido)
Oswaldo Roberto Guimarães
Paulo Rubens de Campos
Sebastião Bastos Batista (falecido)
Solange Maria Santana
Vera Sílvia Magalhães Albuquerque Maranhão

INDEFERIDOS

Adilson Lima (falecido)
Antonio Pinto Teixeira
João Zeferino da Silva (recurso)
José Eduardo Feliciano Filho
Luiz José Marques de Almeida
Roberto de Souza Mello
Santos Cardoso da Rosa

LIBERDADE DE IMPRENSA

Mutirão em defesa de Lúcio Flávio Pinto

Cyberação é lançada para ajudá-lo nos 18 processos a que responde por fazer um jornalismo-coragem.

A Rede Brasileira de Jornalistas lançou no final de novembro uma cyberação no site www.riosvivos.org.br em defesa de Lúcio Flávio Pinto e protesto contra a situação vivida pelo jornalista. A ação conta com o apoio de entidades da classe, entre elas a organização Repórteres Sem Fronteiras. De acordo com o manifesto do grupo, Lúcio Flávio sofre “injustiças em represália à sua determinação de buscar a verdade no cumprimento dos preceitos universais do jornalismo”.

A iniciativa partiu de jornalistas que atuam na área de meio ambiente. Lúcio Flávio tem sido alvo de ameaças, ataques e ações cíveis e penais sob a alegação de difamação, por ter noticiado no seu *Jornal Pessoal* denúncias sobre tráfico de drogas, devastação ambiental e corrupção política e empresarial no Norte do País. Segundo ele, os 18 processos — em andamento simultaneamente — derivam de matérias envolvendo assuntos de interesse público e baseiam-se na Lei de Imprensa, que é de 1967 e prevê penas



O site riosvivos faz campanha por Lúcio Flávio, perseguido pelos poderosos.

severas, incluindo prisão.

— As ações contra mim começaram quando a Diretora-Administrativa das Organizações Rômulo Maiorana, Rosângela Maiorana, entrou com cinco queixas-crime, quatro penais e uma cível — que pretendia me impedir de falar no nome deles. Acontece que essa ação cautelar exigia uma ação principal, que nunca houve.

De 1992 até hoje, Lúcio conta que já foram 32 as ações contra ele, sendo nove relacionadas a denúncias de grilagem de terra e extração de madeira. No entanto, nenhum dos autores exerceu seus direitos de resposta, entrando diretamente na Justiça: — Um mês

depois da agressão que soufriu de Ronaldo Maiorana, no início deste ano, seus irmãos entraram com oito ações penais. Há ainda três ações cíveis, nas quais eles pedem R\$ 360 mil por danos morais e materiais, mas todas elas estão em fase de instrução.

Lúcio Flávio foi condenado em uma única ação de grilagem de terras no Xingu, empreendida por Cecílio do Rego Almeida — dono da Construtora CR Almeida e, segundo o jornalista, “autor da maior grilagem na região” — e na qual deve pagar R\$ 8 mil mais os acréscimos de 2000 até hoje:

— Isso deve somar cerca de R\$ 30 mil. A sentença foi dada quando o Juiz titular da 1ª Vara, Amílcar Roberto Bezerra Guimarães, substituiu, num único dia, a Juíza titular da 4ª Vara, Luzia dos Santos, num processo que soma mais de 400 páginas.

O jornalista paraense considera uma grande conquista o fato de sua história ter chegado ao editorial do *Washington Post*, no dia em que receberia um prêmio em Nova York. O texto dizia que, se ele se ausentasse do País, poderia perder uma audiência — o que serviria como desculpa para prendê-lo.

Lúcio Flávio é ainda considerado réu primário, o que permite a suspensão de sua prisão em uma primeira condenação. No entanto, se outra condenação for confirmada, a sentença seguinte pode levá-lo à prisão por até três anos.

AS AÇÕES

Lúcio Flávio Pinto enfrentou duas ações penais e uma cível, impetradas por Cecílio do Rego Almeida, derivadas de uma série de artigos publicados no *Jornal Pessoal* em 1999 e 2000. As matérias denunciavam a apropriação de terras ricas em madeira na Floresta Amazônica por companhias controladas pelo autor das ações, dono da Construtora CR Almeida, e seus filhos.

Foi também processado pelo desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do Pará João Alberto Paiva, que entrou com uma ação cível e duas penais contra ele por dois artigos publicados em 2000. Nos textos, Lúcio Flávio criticava o desembargador por conceder uma liminar que restabeleceu o controle temporário de terra disputada pelas autoridades brasileiras para uma companhia controlada por Cecílio do Rego Almeida.

Há ainda dez ações cíveis e penais por difamação apresentadas contra o jornalista por membros da família Maiorana, proprietária do diário *O Liberal* e da TV Liberal, afiliada da Rede Globo. Lúcio Flávio escreveu artigos sobre a família e a história das Organizações Rômulo Maiorana, em que denunciava o uso de influência para pressionar empresas e políticos a comprar espaço publicitário nas empresas de mídia do grupo.

LIBERDADE DE IMPRENSA

A ABI condena a ressurreição da censura por decisão judicial

Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa reage a atos de juízes que agridem a Constituição

Em sua reunião de dezembro, a Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da ABI aprovou moção de solidariedade à *Folha de S. Paulo* e à Rede Gazeta do Espírito Santo, alcançadas por decisões que restabeleceram a censura à imprensa. Na mesma reunião foi aprovada outra moção, em apoio à democratização da TV digital.

O primeiro caso referia-se à decisão do Juiz Sílvio Luiz Ferreira da Rocha, da 5ª Vara Federal Criminal de São Paulo, que determinou que a *Folha Online* não reproduzisse o noticiário do jornal impresso do mesmo grupo sobre o processo criminal nº 2004.61.81.001452-5, que apura um caso de espionagem na contratação da empresa Kroll pela Brasil Telecom, para investigar a concorrente Telecom Itália.

A *Folha de S. Paulo* noticiou o assunto pela primeira vez em julho de 2004, e o processo, que está tramitando sob sigilo, aponta como réus o empresá-

rio Daniel Dantas e mais 15 denunciados. No dia 21 de novembro último, por meio de ofício enviado à redação da *Folha Online*, Margarete Morales Simão Martinez Sacristan, Juíza substituta da 5ª Vara, informou que Ferreira da Rocha acolheu a solicitação de um dos envolvidos no caso.

Para censurar o noticiário, o Juiz determinou que “cesse imediatamente qualquer forma de divulgação de dados pertinentes aos fatos e às pessoas envolvidas no processo em questão, seja por intermédio de notícia jornalística, televisiva, rádio ou qualquer outro veículo de divulgação, inclusive por meio de página da rede mundial internet, mantida por essa empresa, sob pena de infração ao artigo 10 da Lei nº 9.296/96 e art. 153 do Código Penal, pois trata-se de processo no qual foi decretada a tramitação sigilosa”.

Ao se manifestar sobre a decisão, o Presidente da ABI, Maurício Azêdo, emitiu a seguinte opinião: “É uma de-

masia que levou o juiz a cometer um ato inconstitucional. O artigo 220 da Constituição garante a plenitude da liberdade de expressão. A decisão dele instituiu novamente a censura prévia, que foi abolida no País há mais de 20 anos.”

A decisão da Justiça também está sendo criticada duramente pela Associação Nacional dos Jornais-ANJ e pela Federação Nacional dos Jornalistas-Fenaj, que prometeu levar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) um dossiê com os principais casos de censura prévia à imprensa, com a intenção de inibir interferências indevidas do Judiciário nos veículos de comunicação.

A outra medida judicial condenada na reunião da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos foi a autorização da 4ª Vara Criminal de Vila Velha, ES, prorrogada pelo Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Feu Rosa autorizou a Polícia Civil

capixaba a fazer escuta de conversas telefônicas de jornalistas e funcionários da Rede Gazeta de Comunicações, à qual estão associados a Rádio CBN no Estado, o jornal *A Gazeta* e a TV Gazeta, afiliada da TV Globo. As gravações foram realizadas durante a investigação do assassinato do Juiz Alexandre Martins, em março de 2003.

Após a reunião, citando o episódio que resultou na morte de cinco pessoas (três adolescentes, um jovem e uma criança de 11 anos), durante uma ação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro no Morro do Estado, em Niterói, o Vice-Presidente da ABI, Audálio Dantas, que também preside a Comissão de Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos, comentou: — A ABI está começando um processo de ampliação das suas ações de defesa dos direitos humanos, que deverão ser estendidas aos casos em que as populações carentes têm os seus direitos violados.

“A TV digital não é uma questão técnica”

O texto da moção que prega a democratização da televisão

“Uma importante questão que diz respeito a toda a cidadania e à soberania nacional deveria estar sendo debatida nos mais diversos foros, mas, infelizmente, ainda não ocupou o espaço necessário para um tema de tamanha envergadura. Estamos falando da TV digital, um tema da mais alta relevância em termos de democratização da mídia. E o futuro da TV digital definirá se o principal meio de comunicação no Brasil abrirá espaço para as entidades de representação da sociedade ou manterá as emissoras de televisão sob o controle de uma minoria, como acontece hoje.

Este momento, portanto, é uma oportunidade para se conseguir finalmente a democratização do setor. E para lembrar um conceito do pensador italiano que dispensa apresentação, Umberto Eco: um país é democrático quando todos os setores sociais têm vez e voz (na mídia) em pé de igualdade. Nesse sentido, se os brasileiros conseguirem agora que o Poder

Público defina regras em relação ao sistema brasileiro de TV digital ampliando o número de canais a serem disponibilizados na TV aberta e alterando radicalmente o atual cenário de concentração dos meios de comunicação, o País estará dando um passo decisivo para que o conceito de Umberto Eco inscreva o Brasil entre as nações verdadeiramente democráticas.

Democracia nos tempos atuais, com o aprimoramento da tecnologia do setor de comunicação, é fazer com que todos os setores sociais não só tenham acesso aos espaços midiáticos, como também tenham o direito de realizar as suas produções e divulgá-las. Ou seja, dependendo do futuro do sistema brasileiro de TV digital, sindicatos, associações, movimentos sociais e emissoras públicas poderão ter seus canais. Ou isso, ou então, vale sempre repetir, o controle por uns poucos.

Como pode se observar, a discussão dessa matéria não é uma questão técnica, como querem alguns, mas sim matéria eminentemente política. Será a democratização da mídia e o acesso aos canais de TV por mais amplos setores, uma conquista da sociedade brasileira. Querer remeter essa relevante questão para o terreno exclusivamente técnico é na verdade, para usar uma

expressão popular que muito bem se aplica nesse contexto, tapar o sol com a peneira. Precisamos que os debates sobre a questão se estendam para os mais amplos setores da sociedade. A TV nos dias atuais, vale sempre enfatizar, não pode ficar sob o controle de uns poucos, isto é, com poucas emissoras exercendo a sua liberdade de expressão, enquanto a maioria das pessoas é excluída do processo de produção de informação.

A Associação Brasileira de Imprensa não pode deixar de se posicionar nessa matéria. A ABI tem como uma de suas principais bandeiras, que ergue há quase cem anos, a democratização da informação. Hoje, mais do que nunca, estamos em um momento de definição. Precisamos erguer a nossa voz e apoiar com toda força esse desafio de tornar o Brasil mais democrático. Temos uma chance histórica. Queremos e exigimos a ampliação do número de canais a serem disponibilizados através da TV aberta. Não podemos aceitar que as emissoras de televisão fiquem sob o controle de uma minoria.

Nas discussões desta relevante matéria não se pode também deixar de se conhecer as diferenças entre as necessidades de países menos desenvol-

vidos. Um debate desta natureza não pode ser feito apressadamente.

É o caso, por exemplo, de se colocar na mesa de discussões a possibilidade de se fazer em âmbito de Mercosul um sistema digital integrado, que poderia ser criado através de um acordo conjunto com a China, ou seja TV digital China-Mercosul.

Um sistema de TV digital para todos e não apenas para uns poucos é, sem dúvida, uma exigência de todos os cidadãos brasileiros que querem ver o seu país inscrito no rol das nações democráticas na pura acepção da palavra. Nada de monopólios e concentração dos veículos de comunicação nas mãos de poucos, como acontece hoje.

Queremos, e exigimos, que seja modificada a legislação atual que não permite o funcionamento das TVs comunitárias em rede e em sinal aberto. Por que permitir isso apenas para os grupos midiáticos poderosos, os mesmos que hoje detêm privilégios e contam com a proteção de autoridades do setor, ainda não convencidas de que sem uma mídia democratizada não há verdadeiramente democracia?

Esta é uma luta de todos os associados da ABI e de toda a sociedade brasileira.”



LÁ FORA: MORTE, AMEAÇAS, CENSURA, RESISTÊNCIA

• FILIPINAS

George Benaolan, 27 anos, apresentador de rádio e colunista de jornal, foi morto a tiros em Cebu, no centro das Filipinas, elevando para dez o número de jornalistas mortos no país em 2005. Os últimos programas e colunas de Benaolan serão analisados pela polícia local, para avaliar se a morte foi uma espécie de ajuste de contas devido a opiniões expressadas pelo jornalista.

• CONGO

Colaboradores e dirigentes do Journaliste en Danger (JED) — grupo que defende a liberdade de imprensa na África — foram ameaçados de morte um dia após a divulgação de um relatório que denunciava abusos contra jornalistas na República do Congo. As ameaças foram feitas por celular a Donat Mbaya Tshimanga, Presidente da entidade, Tshivis Tshivuadi, Secretário-geral, e mais dois membros. Nas ligações, foi exigido o encerramento das atividades da associação em no máximo dez dias.



• CHINA

Pelo sétimo ano consecutivo, a China é o país que mais tem jornalistas presos no mundo inteiro, com 32 detidos. De acordo com dados do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), Cuba segue logo atrás, com 24. Juntos, os dois países agrupam 45% dos editores, redatores e repórteres-fotográficos presos em todo o mundo. Os governos chinês e cubano acusam os jornalistas de cometer delitos contra o Estado, como subversão e divulgação de segredos oficiais. A relação de presos está disponível no site www.cpj.org/attacks05/pages05/imprison_05.html.

• GUATEMALA

Com o objetivo de defender o direito de liberdade de expressão na Guatemala, decanos e diretores de faculdades de Comunicação guatemaltecas criaram a Rede Interuniversitária pela Defesa da Liberdade do Pensamento. O objetivo é estabelecer uma coordenação entre as universidades para defender a liberdade de expressão e estimular pesquisas sobre violações dos direitos humanos. Outras informações podem ser obtidas através do e-mail iliaalamilla@hotmail.com

Prefeito de Cataguases persegue jornalista

Uma caça às bruxas atinge partidários da antiga situação.

O Prefeito de Cataguases, Tarcísio Henriques, está perseguindo servidores que colaboraram com a administração de sua antecessora, a ex-Prefeita Maria Lúcia Soares de Mendonça, e se revela especialmente rancoroso contra o jornalista Jorge Fábio do Nascimento, que foi por ele demitido do cargo de editor do jornal oficial do Município, o periódico *Cataguases*, o que era compreensível, por se tratar de cargo de confiança, e também do cargo obtido por concurso público de Fiscal do Meio Ambiente, o que é inconstitucional.

Além de demitido, Jorge Fábio, que é sócio da ABI, passou, estranhamente, a receber ameaças de morte e foi intimado a comparecer para depoimento à Delegacia de Polícia, depois que o Prefeito Henriques o acusou de autor de boletins que denunciavam atos da Prefeitura. Em mensagens enviadas por e-mail à ABI nos dias 14 e 16 de dezembro, Jorge Fábio revelou sua preocupação diante das ameaças que recebeu.

“Quem lhe escreve – disse ele na primeira mensagem – é seu companheiro Jorge Fábio do Nascimento, ex-editor do jornal *Cataguases*, que após o término do governo da Prefeita Maria Lúcia Soares de Mendonça foi demitido do cargo de editor do órgão oficial do Município e do cargo concursado de Fiscal do Meio Ambiente pelo atual Prefeito, Dr. Tarcísio Henriques, homem perseguidor, ditatorial, que está numa das listas divulgadas do Marcos Valério.

Por minha oposição aos seus métodos senis de governar, fui intimado a comparecer hoje às 10 horas da manhã à Delegacia de Polícia de Cataguases como um dos acusados pelo Prefeito de fazer boletins anônimos que funcionários da Prefeitura, revoltados com os desmandos cometidos pela atual administração, divulgam na cidade sem assinatura, amedrontados pelas ameaças e atos do Prefeito, que já suspendeu vários funcionários e pôs em disponibilidade outros por não aceitarem sua prepotência.

Não sei o que me pode acontecer mas peço a ajuda da ABI. No interior os desmandos são ocultos, mas são tão grandes ou maiores que os das capitais. (a) Jorge Fábio do Nascimento.”

Prefeitura de Niterói acusada por jornais

Sob o pretexto de verificar tiragens ela quer controlá-los.

Em comunicado enviado à ABI, o jornalista Jourdan Amora, dono do *Jornal de Icarai* e *A Tribuna*, denunciou uma medida adotada pela Prefeitura de Niterói, acusada por ele e pelo Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Rio de Janeiro-Sindjore de querer controlar a imprensa.

Amora revelou o teor de mensagem eletrônica enviada aos jornais pela agência de publicidade Quê, que detém as verbas de publicidade da Prefeitura. No texto, é exigido que os veículos aceitem subordinar-se a uma fiscalização dentro de uma semana, sob pena de serem punidos com a suspensão da programação publicitária em andamento, cujo prazo terminaria no dia 31 de dezembro. Dizia a mensagem enviada aos jornais:

“Prezados senhores, por exigências técnicas, a partir do mês de novembro, estaremos realizando acompanhamento de tiragem e distribuição de todos os veículos nos quais a Prefeitura de Niterói vem anunciando. Neste sentido, solicitamos que V.Sas encami-

nhem o dia da semana e o horário que recebem os exemplares, bem como o dia, horário e mapa da distribuição, para que possamos encaminhar a verificação de circulação. Solicitamos que tais informações nos sejam passadas no prazo de sete dias, sob pena de suspensão das veiculações.”

O Sindjore, que representa 120 jornais e revistas fluminenses, enviou protesto ao Prefeito Godofredo Saturnino da Silva Pinto, destacando o compromisso da entidade com a liberdade de imprensa, ao “expressar a posição firmada de reação a toda e qualquer tentativa de coagir empresas jornalísticas, notadamente quando ela é agravada por ameaças de boicote econômico, através da suspensão de programações publicitárias”.

Jourdan Amora revelou que diversas vezes o *Jornal de Icarai* teve de mudar as rotas e horários de distribuição dos seus exemplares: — Amigos de um ex-Prefeito acompanhavam nossas equipes de entrega, fazendo o recolhimento dos exemplares para que as críticas à sua administração não chegassem aos eleitores. O partido do então Prefeito chegou a lançar um jornal concorrente, tentando copiar a nossa logística operacional e, até mesmo, contar com uma tiragem mais elevada.

Unicef agradece apoio

Mais de 6 mil crianças indígenas com acesso à água potável, mais de 7 mil meninas e meninos participando de práticas esportivas, mais de 1.600 projetos de ação complementar à atividade escolar, milhares de crianças retiradas do trabalho infantil. Esses são números alinhados pela Representante no Brasil do Fundo das Nações Unidas para a Infância-Unicef, Marie-Pierre Poirier, na mensagem de agradecimento que dirigiu no fim de 2005 a quantos apoiaram os programas da instituição no País. Na mensagem, endossada por dirigentes do Unicef no Brasil, entre os quais o Coordenador de Marketing e Vendas do Unicef-Rio, Henrique Câmara, diz a Representante Marie-Pierre Poirier:

“Queridas parceiras e queridos parceiros,

Em 2005, seu apoio foi fundamental para que o Unicef ajudasse a retirar crianças do trabalho infantil, a garantir água potável a mais de seis mil crianças indígenas, a dar acesso a mais de 7 mil meninas e meninos ao esporte, a mobilizar mais de 1,6 mil projetos de ação complementar à escola em todo o País, a tornar visível a ameaça que o HIV/Aids representa para crianças e adolescentes, a melhorar a vida de dezenas de milhares de crianças do Semi-árido brasileiro.

Muito obrigada:

Em 2006, contamos novamente com sua aliança para promover o direito de cada criança e adolescente brasileiro a saúde, educação, igualdade e proteção.”

Jornais venderam mais 4,7% em 2005

A circulação de jornais no Brasil registrou nos primeiros oito meses de 2005 um crescimento de 4,7%, revelou a Associação Nacional de Jornais, informando que a participação dos jornais na receita publicitária se situou em 24%. Os estudos feitos pela ANJ apontam também efeitos positivos da leitura dos jornais sobre o grau de consciência política e social dos cidadãos e também nas oportunidades de colocação profissional.

A ANJ informou que o processo de aumento da circulação dos jornais começou em maio de 2004 e se consolidou em 2005, quando o indicador acusou uma circulação global de 6,5 milhões de exemplares diários. Em pesquisa patrocinada pela ANJ os jornais mantiveram, com 74% dos votos, a posição de meio de comunicação de maior credibilidade no País. O rádio apareceu com 64% nessa pesquisa, realizada em maio pelo Ibope sob o título *Confiança nas Instituições*.

PROGRAMAÇÃO

Em debate a classificação indicativa da TV

Ministério da Justiça ouve a sociedade para editar ato que disporá sobre a matéria

Em reunião na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no dia 11 de novembro, o Ministério da Justiça promoveu a sexta consulta pública sobre a Nova Classificação Indicativa da TV, que vem sendo debatida com autoridades governamentais e da Justiça, parlamentares, associações de classe e membros da sociedade civil. O debate foi coordenado por Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça, e José Eduardo Elias Romão, Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça. Participaram também membros do MP do Rio, professores universitários e da rede pública de ensino e representantes da ABI, da TV Educativa, da MultiRio e da Associação Brasileira de Proprietários da TV por Assinatura, entre outros. Os encontros anteriores ocorreram em Brasília, Rio Branco, Belo Horizonte e São Paulo. A sétima e última consulta pública foi realizada na semana seguinte, no Recife.

Promovidos pelo Ministério da Justiça, os debates visam a regulamentar e padronizar a classificação indicativa da programação de TV, na tentativa de assegurar que as emissoras abertas ou pagas tenham uniformidade na lin-

guagem informativa, para facilitar pais, responsáveis e educadores na escolha dos programas adequados para crianças e adolescentes. Segundo José Eduardo Romão, isso ajudará a aprimorar o trabalho de análise que o Ministério Público já realiza.

— O objetivo principal do Ministério é instituir uma nova regulamentação de classificação indicativa, a ser estabelecida em ato do Poder Executivo. Num primeiro momento, nossa ação é caracterizar essa regulamentação como instrumento pedagógico, que seja utilizado por pais e educadores. Queremos que se produza uma compreensão crítica sobre os programas que são exibidos na TV. Outro objetivo é promover uma pesquisa que ajude a descrever, com mais facilidade, o universo da criança e do adolescente e suas reações diante de imagens violentas que são mostradas na tela.

Para fazer o trabalho de análise e qualificação da programação da TV, o Ministério da Justiça tem uma equipe própria de 20 pessoas e conta com a colaboração de 40 voluntários, convocados eventualmente. Disse Romão que em relação aos programas para a faixa entre 16 e 18 anos o Ministério vem buscando ampliar o diá-

logo com a sociedade e Ministérios afins, como o das Comunicações, tentando fixar uma metodologia para apreciar melhor os indicadores de inadequação, que podem ser classificados por cenas de violência e sexo explícito, consumo de drogas ilícitas e estupro com cenas explícitas, entre outras: — O Ministério da Justiça não faz análise prévia sobre o que deve ou não ser exibido na televisão. Apenas analisamos o conteúdo e nos manifestamos sobre ele.

A publicidade também é uma preocupação do Ministério da Justiça, que tem dificuldade de lidar com a definição de qualificação para as crianças entre 3 e 6 anos, que, de acordo com pesquisa recente, passam, geralmente sozinhas, de quatro a dez horas diante da televisão: — É difícil compreender o impacto das imagens da violência nas diversas faixas etárias. A Fiocruz faz pesquisa nessa área e por isso o Ministério da Justiça pretende formalizar uma parceria com a instituição para lidar com o assunto.

Em relação aos programas de telejornalismo, Romão explicou: — A Portaria 796, no capítulo sobre programas ao vivo, diz que, se um telejornal explorar indevidamente imagens de

violência explícita, poderá ser classificado como inadequado. Mas não cabe ao MJ dizer se o programa jornalístico é bom ou mau. Quando passamos a discutir a proposta da classificação indicativa, verificamos que não estamos autorizados a classificar a programação jornalística, isso só poderia ser feito por iniciativa do MP, por ação judicial.

O Ministério da Justiça sugere que as emissoras criem ouvidorias para receber as reclamações do público, pois, diz Romão, não tem poder de sanção: — Se uma emissora desrespeita a classificação indicativa, ela é advertida e sua programação, reclassificada. Se insistir em não cumprir a recomendação, informamos ao Ministério das Comunicações e ao Ministério Público Federal, que é o órgão que tem poder de adotar procedimentos que levem a sanções contra a emissora.

José Eduardo Romão disse ainda que o objetivo principal dos debates públicos sobre a Nova Classificação Indicativa da TV é a edição de um decreto de regulamentação: — Ele poderá surgir desse esforço de diálogo com toda a sociedade e irá conjugar as iniciativas desse processo de adequação da programação da TV.

CONDECORAÇÃO

Presidente da ABI recebe Colar do Judiciário

O Presidente da ABI, Maurício Azêdo, foi um dos agraciados em 8 de dezembro, Dia da Justiça, com o Colar do Mérito Judiciário, conferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro a personalidades que, direta ou indiretamente, hajam prestado relevantes serviços à cultura jurídica e ao Poder Judiciário fluminense. Também foi agraciado o Diretor-Presidente do *Jornal do Commercio* do Rio, jornalista Maurício de Castilho Dinepi.

Em cerimônia sob a presidência do Desembargador Sérgio Cavaliere Filho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, foram condecoradas 24 personalidades, às quais se somaria o Vice-Presidente da República, José Alencar, que não pôde comparecer em razão de, na hora do ato, ter de assumir a Presidência da República em substituição

ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que viajava para o exterior. Em mensagem ao Tribunal, Alencar pediu que seja remarcado o ato de entrega do Colar, em cerimônia discreta.

Os agraciados

Além de Maurício Azêdo, Maurício Dinepi e do Vice-Presidente José Alencar, foram condecorados o Ministro Rafael de Barros Monteiro Filho, do Superior Tribunal de Justiça; o Almirante-de-Esquadra Euclides Duncan Janot de Matos; o General-de-Exército Domingos Carlos Campos Curado; o Vice-Almirante José Antônio de Castro Leal; o Major-Brigadeiro Paulo Hortênsio Albuquerque e Silva; o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Marfan Martins Vieira; o Presidente da Academia Brasileira de Letras, Ivan Junqueira; o Coronel Hudson de Aguiar Miranda, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio; o Desembargador Carlos Augusto Guimarães e Souza Júnior, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Também receberam a comenda o advogado Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque Júnior; o econo-

mista Carlos Ivan Simonsen Leal, Presidente da Fundação Getúlio Vargas; o leiloeiro Acir Joaquim da Costa, que foi serventuário da Justiça por mais de 20 anos; o médico Edson de Aguiar Godoy, Presidente da Amil; o advogado José Ribamar Sabóia de Azevedo; os Desembargadores Antônio Carlos Nascimento Amado, Roberto Rocha Ferreira, José Carlos Paes e Marcus Henrique Pinto Basílio, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio; o Juiz Sérgio Ricardo de Arruda Fernandes; os advogados Guilherme Rodrigues Dias e Dagoberto Pinheiro das Chagas; e o serventuário da Justiça Jorge Antônio de Souza Rocha, criador do sistema de informática do Tribunal.

O sucinto currículo do Presidente da ABI, lido pela mestre-de-cerimônia Leilane Neubarth, registra que ele é carioca nascido em Laranjeiras e criado em Catumbi, se formou em Direito pela Turma Roberto Lira de 1960 da Faculdade de Direito do Catete e preferiu a advocacia em favor do jornalismo, no qual se iniciara no terceiro ano do curso acadêmico. Maurício Azêdo trabalhou nos principais jornais e revistas do Rio e São Paulo e a partir de 1982

militou na política institucional. Eleito vereador à Câmara Municipal do Rio de Janeiro nesse ano, exerceu o mandato por três Legislaturas (1983-1988, 1989-1992, 1993-1996), foi Prefeito em exercício do Rio (15-23 de março de 1983), Presidente da Câmara no biênio 1983-85, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social (1986-1987) e Conselheiro do Tribunal de Contas do Município (1999-2004), no qual se aposentou por limite de idade em setembro do ano passado. Em maio de 2004 assumiu a Presidência da ABI, de cujo Conselho Deliberativo participa desde 1972.

O Colar do Mérito Judiciário foi instituído pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio em dezembro de 1974, tem grau único e é constituído por uma medalha tipo comenda, em metal dourado, esmaltada em azul e branco, tendo ao centro a insígnia do Estado do Rio de Janeiro com a inscrição "Tribunal de Justiça", e a ser usada com fita azul e branco.

A outorga do Colar é decidida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, constituído pelos 25 desembargadores mais antigos, para entrega em solenidade no Dia da Justiça.

COMEMORAÇÃO

FAZ 70 ANOS A CASA FUNDADA POR ÉRICO

Os jornalistas gaúchos engalanaram-se para festejar o aniversário da Associação Rio-Grandense de Imprensa-ARI

Profissionais de jornal, rádio e televisão do Rio Grande do Sul festejaram no dia 19 de dezembro o 70º aniversário da Associação Rio-Grandense de Imprensa, a celebrada ARI, criada por uma geração que escolheu para primeiro presidente e patrono uma figura exponencial da cultura do Estado e do País: o escritor Érico Veríssimo.

A trajetória da ARI foi realçada em seus pontos culminantes por um dos seus sócios mais eminentes, o jornalista e Vice-Governador do Estado Antônio Hohlfeldt, que publicou em homenagem à Casa de Érico Veríssimo, no *Jornal Regional*, do Município de Salvador do Sul, um texto que celebra o mais destacado dirigente da entidade, o jornalista Alberto André, que hoje dá nome ao edifício-sede da ARI. A seguir, o artigo de Hohlfeldt.

“Desde meus tempos de adolescente, estudante do segundo grau do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, quando pensava, ainda, em ser jornalista, estou

integrado à Associação Rio-Grandense de Imprensa, a ARI. Depois de profissionalizado, filiei-me formalmente à entidade. Integro seu Conselho há muitos anos, para enorme honra minha.

A ARI, fundada em 1935, não por um acaso teve como seu primeiro presidente e patrono, ainda hoje, o escritor Érico Veríssimo. Não há no Rio Grande nenhum intelectual com uma coerência em defesa do humanismo, da liberdade e da democracia como Érico. Por conseqüência, na medida em que a ARI permanece vinculada à memória de Érico, permanece ligada a um determinado compromisso. Não posso falar do período do Estado Novo, mas acompanhei de muito perto o período pós-1964, e especialmente após o AI-5 de 1968. Liderada por Alberto André, mas ainda com o acompanhamento de Érico Veríssimo, a ARI sempre esteve lutando em defesa dos direitos de todos os cidadãos e, muito especialmente, da liberdade de im-

prensa, no sentido da liberdade e do direito que todos os cidadãos têm de ser bem-informados.

É importante, neste sentido, que a ARI é uma entidade de classe, mas não é nem sindicalista, embora já tenha cumprido tal papel, nem é sectária: reúne profissionais de imprensa, de rádio e de televisão. Aproxima trabalhadores e empresários. Faz o chamado meio de campo entre todos e tem cumprido algumas belas brigas. Por exemplo: a indicação do *Correio Braziliense* como jornal referencial da criação da imprensa brasileira, na medida em que, embora impresso em Londres, foi o primeiro periódico a defender a liberdade e a independência do País, ao contrário da *Gazeta do Rio de Janeiro*, vinculada ao Governo da regência.

Mais recentemente, vinculou-se ao debate intenso sobre o futuro da hu-

manidade e do globo terrestre, tendo em vista a questão das águas, realizando seminários memoráveis. Tenho orgulho e me sinto responsável ao participar e por integrar a ARI. Há uma história que deve orgulhar todos nós.

Há uma coerência que, gestão após gestão, ao longo das décadas, tem marcado a história de nossa Associação. A completude de seus 70 anos de vida deve ampliar nossa responsabilidade perante ela. Não pode haver profissional da área de comunicação, mesmo aqueles vinculados às atividades de relações públicas ou propaganda e publicidade, que possa se manter distante da nossa ARI. Ela é o vínculo de nossa identidade.

Hoje em dia, em pleno processo democrático, são outros os desafios que a ARI enfrenta. Perduram, claro, os debates ideológicos. Colocam-se novos desafios à instituição. Mas a ARI segue firme, com excelentes debates internos, às vezes até muito tensos, mas com a garantia de que se guarda íntegra, sempre em defesa da liberdade de imprensa e responsável por um espaço aberto e democrático para o debate de idéias e de práticas políticas.

Tenho enorme orgulho de pertencer à ARI. E espero que os colegas que a integram continuem a respeitar suas características. Perdê-las seria cavar o fosso de nossa própria dissolução.”



REPRODUÇÃO

RELATÓRIO

Um retrato da mulher no mundo em 2005

Ela experimentou avanços, mas as áreas mais pobres mantêm as desigualdades.

A ABI recebeu do *Population Reference Bureau*, de Washington, conhecido pela sigla PRB, o quadro *As mulheres de nosso mundo 2005*, com dados atualizados sobre o status da mulher e seu progresso em saúde reprodutiva, educação, trabalho e vida pública.

A iniciativa do PRB faz parte do compromisso assumido por governos e ativistas que participaram da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, para defender o avanço feminino. Segundo informações de Rachel A. Nugent, Diretora do PRB, os dados são essenciais para observar a igualdade entre os sexos e as metas de saúde dos Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio, estabelecido pelas Nações Unidas em 2000.

No relatório *Avaliação dos avanços conseguidos pela mulher* de 2005, o PRB relata que as mulheres têm registrado melhoras sensíveis em alguns campos: o número de meninas matriculadas nas escolas aumentou, bem como a participação feminina no mercado de trabalho não-agrícola, mais casais estão usando métodos contraceptivos modernos e as mulheres têm optado por gerar menos filhos.

Mesmo assim, de acordo com o relatório, as mulheres de todo o mundo, especialmente dos países mais pobres, continuam sujeitas a desvantagens econô-

micas e sociais em comparação aos homens, como na África Subsaariana e na Ásia Meridional, onde as meninas registram índices de alfabetização e escolaridade muito inferiores aos dos meninos. Uma das soluções apresentadas é a de que se aumente a participação de mulheres nas lideranças políticas — sua representação mundial nos parlamentos é de menos de 20% atualmente.

Ainda segundo o relatório, as mulheres representam quase metade dos infectados pelo HIV em todo o mundo e as autoridades estão acompanhando a pandemia de aids na Ásia e na Europa Oriental, onde os índices de transmissão da doença via relações sexuais têm aumentado rapidamente.

Foi também enviado à ABI o informativo *Igualdade entre os sexos: nuevas oportunidades de cara al futuro*, resumo de políticas para se levar adiante a agenda de Pequim, a promoção de igualdade entre os sexos e a valorização da mulher, integradas à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio. Ao divulgar estes dados, o objetivo do PRB é mostrar a situação das mulheres, demonstrando que a discriminação contra elas é comum e merece atenção.

O trabalho do PRB foi financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional-Usaid no âmbito do Projeto Bridge-Bringing Information to Decisionmakers for Global Effectiveness (Trazendo Informação para Responsáveis por Decisões em Questões Globais).

Para mais informações e gráficos: www.prb.org/espanol/2005women.

VOCÊ NÃO QUERIA QUE ALGUÉM FIZESSE ALGUMA COISA SOBRE OS PRIVILÉGIOS DOS PARLAMENTARES? A ALERJ FEZ.

- A ALERJ, desde 1997, aboliu a prática de pagar salários extras para seus deputados nas convocações extraordinárias.
- A ALERJ tornou-se a primeira Casa Legislativa do País a diminuir o período de recesso parlamentar.
- A ALERJ proibiu, em todo o Estado, a contratação de parentes, acabando com o nepotismo.
- A ALERJ disponibilizou em seu site a lista de presença e as viagens autorizadas de seus parlamentares.

Desta forma, a ALERJ acredita estar dando um grande exemplo de respeito a você, cidadão. Afinal, na ALERJ, você tem poder.

ALERJ
Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Aqui você tem poder.

www.alerj.rj.gov.br



ATRAÇÃO

RODRIGO CAMERIA

Os holandeses Albert, Arie, Sabine e Nols, deslumbrados com a sede da ABI.

Sede da ABI visitada por portuguesas e holandeses

As futuras arquitetas portuguesas Vanessa Fernandes, Liliana Viana, Anabela Oliveira e Sônia Bastos visitaram em 19 de dezembro o edifício-sede da ABI, ao qual foram atraídas por causa de sua citação, nas aulas da faculdade, como um projeto revolucionário da arquitetura brasileira.

— É muito comum nas aulas das universidades de Arquitetura de Portugal ouvir falar do *brise-soleil* (quebra-sol através de persianas de concreto na fachada) do prédio da ABI — disse Vanessa, que, assim como Liliana, estuda na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

As estudantes percorreram todas as dependências da ABI, visitaram a exposição *Caderno de notas – Vlado, 30 anos* — que ficaria até o dia seguinte no hall do 9º andar do prédio — e foram recebidas pelo Presidente da ABI, que lhes falou sobre a história do Edifício Herbert Moses, um projeto dos arquitetos Marcelo e Milton Roberto construído entre 1936 e 1939.

Antes de visitar a ABI, as estudantes portuguesas conheceram a Casa das Canoas, o MAM e o Palácio Gustavo Capaneza. Todas cursam o último ano de Arquitetura e vieram ao Brasil no âmbito de um intercâmbio firmado entre universidades de Portugal com a Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Federal da Bahia (UFBA).

Sônia e Anabela, da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Minho e vinculadas ao convênio com a UFRJ, afirmaram estar adorando o Brasil, sua di-



JOSE REINALDO MARQUES

As portuguesas Vanessa, Liliana, Anabela e Sônia queriam conhecer o brise-soleil do Edifício Herbert Moses.

versidade cultural e seus marcos arquitetônicos, em que se destacam as obras de Oscar Niemeyer.

— Considero a arquitetura brasileira muito plástica, diferente da arquitetura portuguesa, que, em função das características climáticas da Europa, é mais austera. Estamos muito impressionadas também com a riqueza cultural do Brasil — disse Anabela.

As quatro chegaram há quatro meses — Anabela e Sonia vieram para o Rio e Liliana e Vanessa foram para Salvador — e devem ficar no País até julho, quando acaba o convênio. Até lá, querem conhecer outras cidades brasileiras.

— Além dos lugares e prédios que já tivemos a oportunidade de conhecer no Rio e na Bahia, também me impressionou muito a arquitetura da parte histórica de São Luís, no Maranhão — disse Liliana.

“Este edifício é lindo”

Na tarde de 10 de novembro, quatro arquitetos holandeses visitaram o Edifício Herbert Moses para fazer uma pesquisa sobre a arquitetura brasileira. Eles trabalham no escritório Hudn Architecten, de Amsterdã, que costuma enviar seus profissionais para fazer estudos em outros países.

Albert Herder, Arie van der Neut, Sabine Herne e Nols van Ipenburg chegaram ao Brasil num fim de semana, visitaram São Paulo e Brasília e fizeram no Rio sua última escala. Durante a visita a ABI, eles ficaram fascinados com a preservação das características originais do edifício.

— Os últimos andares são os mais bonitos — disse Sabine.

Revelou Albert Herder que havia ao

todo 14 arquitetos do Hudn Architecten no Rio, mas o grupo se dividiu para dar conta de todas as construções a serem visitadas. O roteiro, no entanto, não se baseia em algum projeto em andamento em seu país: — Viemos para conhecer o que vemos nos livros. Em alguns prédios, porém, não nos deixaram entrar. Ainda bem que aqui podemos conhecer este edifício lindo. Com base na obra arquitetônica brasileira, podemos nos inspirar para achar soluções em futuros trabalhos.

Os holandeses ficaram admirados com o que viram na ABI e se surpreenderam principalmente com o fato de o prédio ter sido construído para reunir jornalistas e defender seus direitos. Para cumprir a agenda corrida, os quatro lamentaram ter que sair tão rapidamente, pois queriam saber mais detalhes e conhecer a história da instituição.

LIVROS

Adísia, pioneira

Antes dela o Ceará barrava as mulheres.

O livro *Adísia Sá, uma biografia*, da jornalista e biógrafa Luiza Helena Amorim, lançado na Sala de Convivência da Universidade Federal do Ceará, resgata a trajetória marcada pelo pioneirismo da primeira mulher a atuar na imprensa cearense e a conquistar um registro sindical. Depois dela, passaram-se 15 anos até que outra mulher conseguisse ingressar no Sindicato dos Jornalistas do Estado do Ceará.

Aos 76 anos de idade e 50 de profissão festejados em agosto, Adísia mantém-se atuante no rádio, na televisão e no jornalismo impresso. Em 1999, escreveu o livro *O jornalista bra-*

sileiro, que se tornou obra de referência sobre a fundação da Federação Nacional dos Jornalistas-Fenaj.

A obra de Luiza Helena Amorim — sua estréia como escritora, premiada na 12ª Expocom no Rio de Janeiro, na categoria livro-reportagem — apresenta um perfil intimista da personagem e recupera a vida de Adísia desde a infância, das lembranças estudantis e dos planos para o futuro.

Para compor o livro, Luiza Helena pesquisou jornais e gravou muitas horas de entrevistas com Adísia: — Escrevê-lo era uma forma de homenagem, ainda mais quando percebi que não existia nenhuma obra que contasse a história da professora. Aceitei o desafio já me dando conta da imensa responsabilidade que assumiria.



SERVIÇO

Obras novas na Biblioteca da ABI

No acervo, títulos acerca da crise do mensalão

Mais dez livros de edição recente foram incorporados ao acervo da Biblioteca da ABI (Biblioteca Bastos Tigre), entre os quais dois dedicados à exposição e análise da atual crise política — *Memorial do escândalo*, de Gerson Camaroti e Bernardo de La Peña, repórteres da sucursal de *O Globo* em Brasília, que acompanham a crise desde o seu início, e *Por dentro do Governo Lula*, da cientista política Lucia Hippolito, que classifica sua obra de “diário de bordo”, porque inclui fatos e conclusões publicados na época em que ocorreram.

As obras estão à disposição dos sócios da ABI para empréstimo, que poderá estender-se por 15 dias, prorrogável por outro tanto, se não houver pedido de empréstimo do volume por outro associado.

Os livros agora disponíveis são estes:

CAMAROTI, Gerson, e LA PEÑA, Bernardo. *Memorial do escândalo — Os bastidores da crise e da corrupção no Governo Lula.* Prefácio de Helena Chagas. São Paulo: Geração Editorial, 2005. 271 p. II.

FERRARI, Polyana. *Jornalismo digital.* São Paulo: Contexto, 2004. 120 p. II.

FOER, Franklin. *Como o futebol explica o mundo — Um olhar inesperado sobre globalização.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 233 p.

HIPPOLITO, Lucia. *Por dentro do Governo Lula — Anotações num diário de bordo.* São Paulo: Futura, 2005. 2ª ed. 304 p.

KARAM, Francisco José Castilhos. *A ética jornalística e o interesse público.* São Paulo: Summus, 2004. 275 p.

MOLICA, Fernando (org.) *10 reportagens que abalaram a ditadura.* Rio de Janeiro: Record, 2005. 319 p.

RODRIGUES, Ernesto (org.) *No próximo bloco ... — O jornalismo brasileiro na TV e na Internet.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ; São Paulo: Loyola, 2005. 285 p.

SAROLDI, Luiz Carlos, e MOREIRA, Sonia Virgínia. *Rádio Nacional — O Brasil em sintonia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. 3ª ed. 221 p. II.

SOUZA, Manoel de. *Loucuras dos seriados da TV — 287 histórias reais ... e absurdas.* São Paulo: Editora Panda, 2004. 117 p. II.

ZOBARAN, Sérgio. *Evento é assim mesmo! — Do conceito ao brinde.* Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2004.



Um longo olhar sobre a Revolução de 30

Após dez anos de pesquisas, Domingos Meirelles lança 1930: Os órfãos da Revolução, que dá seqüência à história da Coluna Prestes

Os amigos formaram uma grande fila para cumprimentar o jornalista Domingos Meirelles na noite de autógrafos do livro *1930: Os órfãos da Revolução* (Record), lançado em 7 de dezembro, no Salão de Exposições Temporárias do Forte de Copacabana. Meirelles, que apresenta o programa *Linha direta*, da TV Globo, é também Diretor Econômico-Financeiro da ABI e foi muito festejado pelos colegas da entidade: Audálio Dantas (Vice-Presidente), Joseti Marques (Diretora de Jornalismo), Ana Maria Costabile (Diretora Administrativa), Araquém Moura, Glória Alvarez, Domingos Xisto e Amicucci Gallo (Conselheiros).

Audálio Dantas comentou que Domingos Meirelles “como escritor é um grande jornalista”, por ser um profissional que trabalha fundamentado na pesquisa e na apuração profunda dos fatos: — Ele sempre foi um repórter metucioso, desde o tempo em que fui seu editor na revista *Realidade*.

Joseti Marques concorda: — O Domingos tem o espírito do repórter questionador, que vai buscar o fato. A impressão que dá é que ele é um repórter com alma de historiador e um historiador com alma de repórter.



JOSE RENALDO MARQUES

Dois momentos da noite de autógrafos de Meirelles: com o ex-Governador Marcello Alencar e com Glória Alvarez, Conselheira da ABI.

O ex-Governador Marcello Alencar também foi prestigiar o jornalista. Sobre o que espera encontrar nas páginas do livro, disse: — Ainda não conheço o conteúdo desse novo livro, mas li o anterior (*As noites das grandes fogueiras*) e, por isso, estou em condições de analisar os escritos dele. Tenho certeza de que não vou ter nenhuma decepção, pois o Domingos é um grande contador de histórias e já está consagrado como autor.

O diretor de televisão Fernando Barbosa Lima, também Conselheiro da ABI, disse que o que mais aprecia na carreira de Domingos Meirelles é que, “antes de tudo, ele é um grande jornalista, um repórter cujo trabalho é uma referência no campo da pesquisa”: “Acho que o Domingos está fazendo um trabalho inédito, pois (referin-

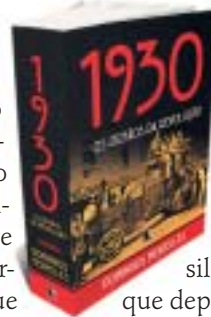
do-se ao tema do livro anterior) ninguém contou a história dos 18 do Forte como ele”.

Amigo do autor desde a *Última Hora*, o jornalista Dílson Bherendt afirma que o trabalho de Domingos esclarece o leitor sobre a História contemporânea do País: — Valorizo muito seu trabalho, pois conheço sua dedicação e sei quantos caminhos ele percorreu para escrever esta obra, que tem grande importância histórica. Foi lendo *As noites das grandes fogueiras*, seu primeiro livro, que passei a simpatizar com a figura do Luís Carlos Prestese e a Coluna Prestes, que eu desconhecia.

Ao final da noite, Domingos estava cansado, mas satisfeito: — Confesso que não esperava o comparecimento de tanta gente. Mas fiquei feliz, porque

escrever é uma doação e essa grande presença dos amigos é um coroamento desse ato de renúncia.

O novo livro, que consumiu dez anos de pesquisas de Domingos Meirelles, é um registro da trajetória dos tenentes da Coluna Prestes desde o exílio, em 1927, até o retorno clandestino ao Brasil para deflagrar o movimento que depôs Washington Luís. A obra é uma continuação da história da Coluna Prestes, que ele começou a contar em *As noites das grandes fogueiras*. *1930: Os órfãos da revolução* devassa relatórios confidenciais do Itamarati, informes da Polícia Política do Rio de Janeiro e correspondência diplomática do então Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Edwin Morgan.



Jakobskind coloca no papel a América ignorada na mídia

A obra desenvolve questões expostas em curso dado na ABI.

Mário Augusto Jakobskind, membro do Conselho Deliberativo da ABI, lançou seu nono livro: *A América que não está na mídia*. Editada pela Adia (Associação para o Desenvolvimento da Imprensa Alternativa), a obra reúne uma série de artigos sobre fatos que, diz o autor, “foram omitidos pela mídia conservadora ou editados de forma deturpada”.

A idéia do livro — que tem prefácio de João Pedro Stédile, Coordenador do MST — surgiu de um curso livre ministrado por Jakobskind na ABI: “A América Latina que não está na mídia”. Uma vez por semana, durante três meses e meio, o jornalista discutia com os alunos os principais acontecimentos da América Latina “a partir de um enfoque contextualizado, dificilmente encontrado nas coberturas

e análises da imprensa diária”.

Jakobskind diz que seu principal objetivo é “levar à reflexão sobre a realidade latino-americana através de conceitos diferenciados dos que são divulgados em tempo de globalização”.

— A contradição encontrada no dia-a-dia da mídia entre o desenvolvimento da “aldeia global”, em função da revolução tecnológica na área de comunicação, e o fato de a mídia, de modo geral, ter reduzido seu espaço para o noticiário internacional serve também como tema de reflexão. Neste contexto, a América Latina se encontra completamente reduzida e apresentada de forma tergiversada. Espero que meu livro sirva como ferramenta para anular esses bloqueios produzidos pelo esquema do pensamento único, tão em voga na mídia conservadora.

O livro (R\$ 25) está em algumas livrarias do Rio e também pode ser encomendado pelos telefones 2232-1004 e 2339-0939 (ramal 232) ou pelo e-mail augjak@ig.com.br, com desconto.

Virgílio propõe uma Constituinte

Ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, Virgílio Horácio de Castro Veado lançou o livro *Nação ultrajada — Constituinte ou revolução*, pela Editora Labor. “Movido por sentimentos de cidadania e por uma indignação cívica”, ele escreveu a obra em menos de dez dias, no auge da crise política que atinge o País.

Em formato de bolso, com 63 páginas, o livro é vendido a R\$ 6,00 em bancas de jornal. De acordo com informações da editora, o texto é construído sob a forma de perguntas e respostas, com o objetivo de transformar o repórter em entrevistado e esclarecer as circunstâncias que hoje envolvem a classe política, os partidos e o Presidente da República.

O autor não faz relatos dos fatos do dia-a-dia da crise; formula conceitos e análises dos acontecimentos que levaram à grave situação institucional vivida no Brasil. A reforma política, a estratégia do

Presidente e a delação premiada são alguns temas tratados no livro.

Como solução para o problema, Virgílio sugere que se proponha a convocação, pelo Presidente da República, de uma Assembléia Nacional Constituinte Exclusiva, como resultado de um grande movimento de união nacional. Para o autor, esta é “a melhor alternativa dentro dos parâmetros da democracia representativa, diante do colapso das instituições políticas”.

Com a convocação da Constituinte Exclusiva, diz, o Presidente Lula “teria uma boa oportunidade de redimir-se perante a nação ultrajada, conclamando a sociedade a um grande esforço de reconstrução das instituições republicanas”.

Virgílio Horácio de Castro Veado tem 55 anos de jornalismo e é também advogado e autor de livros, teses e ensaios sobre Sociologia Política e Ciência da Comunicação.

MUDANÇA

MÃOS LIMPAS NA BIBLIOTECA

Após a derrubada de Correia do Lago, Muniz Sodré assume a direção da Biblioteca Nacional com disposição de defender o acervo pilhado na gestão anterior

O professor e jornalista Muniz Sodré foi empossado em 24 de novembro no cargo de Presidente da Biblioteca Nacional, em cerimônia que contou com a presença do Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Ele assumiu a vaga deixada pelo bibliófilo e marchand Pedro Corrêa do Lago, que foi exonerado do cargo em outubro, depois de uma campanha dos funcionários, com apoio da ABI, contra os desmandos que ele cometeu à frente da instituição.

Muniz Sodré admitiu que a sua gestão será por um tempo curto, porque o Governo só tem pouco mais de um ano de mandato: — Nesse período, porém, vou me esmerar para que o patrimônio da Biblioteca Nacional seja preservado. Primeiro, vou cuidar da segurança, e esse problema já está encaminhado, tenho uma promessa de que a BN terá uma supersegurança. Em seguida, vou atacar o problema das infiltrações no prédio. Considero que a tarefa de preservação das instalações e do acervo não é puramente administrativa nem burocrática. Preservar o tesouro que a BN abriga, como as obras raras, os jornais e as partituras de música, é uma missão que considero política.

Ele reafirmou que pretende administrar a Biblioteca Nacional ouvindo os funcionários, “uma das jóias da instituição”. — Acho que não é possível presidir a Biblioteca Nacional sem que haja diálogo com os funcionários, pois eles são a prata da casa. A tarefa de preservação da BN implica interlocução com os funcionários, e para isso vou ter que apaziguar o clima de guerra que havia na Biblioteca há três meses.

Mais leitura

Disse Muniz Sodré que também serão prioritários a implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas e o estí-



O Ministro Gil deu a maior força a Muniz Sodré: veio de Brasília especialmente para empossá-lo.

culo à leitura: — Cabe à BN, juntamente com o Ministério da Cultura, articular a questão da leitura no País e promover a leitura implica contatos com editores e parceria com editoras. A BN não é nem deve ser editora, não é sua função como órgão público competir nesse mercado. Sua tarefa é publicar o que a lei manda que ela publique, como a revista que lhe pertence.

Muniz Sodré demonstrou estar bem-informado sobre os problemas que a instituição vem enfrentando, como a transferência de parte do acervo de periódicos para um prédio na zona portuária que, segundo funcionários, não tem condições de abrigá-lo.

— Esse material que está sendo transferido já foi microfilmado. A sede da BN, na Avenida Rio Branco, já não tem condições de abrigar o acervo in-

teiro. Fui informado pela atual diretora que a transferência está sendo feita regularmente e com cuidado, em boas condições de segurança e de preservação. Mas isso ainda vou verificar. De qualquer forma, já comecei a procurar imóveis do Governo Federal no Centro do Rio, bem perto da sede da BN, para que possamos nos expandir. Agora mesmo iniciei negociações para poder ocupar um prédio na Avenida Graça Aranha.

Mais bibliotecas

Uma das medidas importantes da sua gestão, diz Muniz Sodré, será a instalação de “pelo menos 400 bibliotecas em vários Municípios do País”.

— O Governo Fernando Henrique criou mil, o Presidente Lula, até agora, 180. Meu plano é de que em um mês eu possa triplicar esse número. Já tenho, inclusive, o dinheiro. São cerca de R\$ 29 milhões, recursos do próprio Governo, provenientes de emendas parlamentares.

Entre os planos de Muniz Sodré está a instalação da Câmara Brasileira do Livro, Leitura e Literatura: — Ela terá representantes das cinco regiões do País, com membros da iniciativa privada — como Osvaldo Siciliano, Presidente da Câmara Brasileira do Livro, e Paulo Rocco, Presidente do Sindicato Nacional dos Editores —, representantes do Movimento de Literatura Emergente de Jovens Escritores, dois representantes da Biblioteca Nacional e três do Ministério da Cultura.

A Câmara Brasileira do Livro terá ao

todo 26 membros. Sua missão será implementar uma boa política para o livro, visando a estimular a leitura e ajudar na expansão da BN. Disse Muniz Sodré que o Ministério da Cultura conseguiu junto ao Ministério da Fazenda a desoneração da cadeia produtiva do livro, que permite que os editores paguem menos impostos.

— Com essa medida, o preço do livro já deveria ter baixado, é pena que ainda não baixou. Mas espero que, a médio prazo, essa iniciativa venha a ter conseqüências positivas para a produção do livro no País, favorecendo o pequeno editor. A política do livro é vital para o Plano Nacional de Cultura que vem sendo articulado pelo Ministério da Cultura.

Mais recursos

Com a intenção de popularizar a BN, Muniz Sodré pensa em reativar um antigo programa do órgão, o Proler, que funcionava na Rua Pereira da Silva, onde hoje é a Casa da Leitura.

— Gostaria também de criar um serviço de visitas guiadas que beneficiasse as escolas públicas e abrir o auditório da BN para concertos de música clássica e popular, com entrada franca, organizando semanas de apresentação da obra de grandes compositores. São coisas que posso fazer em curto prazo.

A verba para financiar os projetos, ele garante, não será problema, pois, além do Ministério da Cultura, conta com a possibilidade de apoio de estatais:

— Uma delas é a Petrobras, que já financia bolsas de pesquisas na biblioteca no valor de R\$ 2,8 milhões. As verbas serão usadas na segurança e na recuperação de livros. Além disso, o BNDES tem uma linha de financiamento que pode ser usada para a restauração de obras raras.

Apenas sussurros contra a desigualdade social

Relatório do Observatório da Cidadania mostra que o japonês Naidoo tinha razão.

A edição brasileira do mais recente relatório do Observatório da Cidadania foi lançada no Rio de Janeiro em novembro, com um informe anual da sociedade civil sobre os avanços para erradicar a pobreza e alcançar a equidade étnica e de gênero no Brasil e no mundo. O trabalho foi organizado pelo Social Watch Brasil, movimento de articulação internacional de entidades da sociedade civil, que conta com o apoio do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o Ibase criado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Na sua 10ª edição, o relatório do Observatório da Cidadania ganhou o título *Rugidos e sussurros — Mais promessas que ações*, numa referência à observação “o povo rugiu, mas o G8 apenas sussurrou”, feita pelo japonês Kumi Naidoo, Presidente da Chamada Global para a Ação contra a Pobreza (Gcap, na sigla em inglês), ao expressar sua decepção com o resultado da reunião dos dirigentes políticos das oito nações mais poderosas do mundo, em julho, na Escócia.

O Relatório 2005 dedica cinco capítulos ao Brasil. No primeiro artigo sobre o panorama brasileiro, o economista Fernando J. Cardim de Carvalho, professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, diz que, passados dez anos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Social, não houve mudanças no relacionamento entre a política econômica e a questão social no País. Para ele, “o atual Governo mantém as perversas estratégias de distribuição de renda herdadas do anterior”.

Em seu artigo, o economista Adhemar S. Mineiro,

do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sociais-Dieese, com base nas discussões sobre comércio exterior, critica a falta de definição sobre estratégias de desenvolvimento do País, envolvendo a expansão das exportações e o seu impacto social.

A pobreza, a desigualdade social e os efeitos da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, nas ações de promoção da igualdade racial no Brasil também estão contemplados na publicação. Encerrando os capítulos sobre o panorama brasileiro há um texto da socióloga Márcia Pereira Leite, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sobre insegurança e cidadania, a partir da análise da violência associada ao tráfico de drogas, que vem ocorrendo nas grandes cidades.

O Social Watch foi criado em 1995, por iniciativa de ongs que participaram da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Social, com o objetivo de apresentar relatórios sobre os compromissos assumidos pelos governos presentes àquela reunião.

Alaor, do seringal à fotografia

Com sua voz pausada e, como se diz, uma memória de elefante, Alaor Barreto, ou Francisco Alaor Barreto de Vasconcelos, tinha muitas histórias para contar, algumas narradas com forte acento dramático, como sua participação no chamado Exército da Borracha, no qual ele e milhares de cearenses ingressaram no começo dos anos 40, para ajudar o País no esforço de guerra. Ele foi dos poucos que conseguiram voltar da cruel aventura nos seringais da Amazônia, onde conheceu o inferno em terra.

Estudante do turno da noite no antigo Colégio da Associação Cristã de Moços-ACM e funcionário administrativo do laboratório Parke Davis, então instalado na Gávea, Alaor aplicava o tempo disponível na militância estudantil e na União da Juventude Comunista-UJC. Eleito Presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários-Ames, presidiu em 1951 um dos congressos mais tumultuados da entidade: agredidos a tapas, socos, pontapés e golpes de sarrafo por militantes da direita estudantil, os congressistas acabaram por se homiziar no Parque da Cidade, onde encerraram o congresso. Antes de passar o cargo a seu sucessor, Alaor desmaiou de estafa e de tensão.

Encerrada essa etapa da sua formação, a que ele não deu seqüência com um curso superior, Alaor passou a trabalhar como fotógrafo da *Imprensa Popular*, diário do Partido Comunista Brasileiro-PCB, iniciando uma carreira jornalística marcada pela atividade em outros jornais, como o *Diário Carioca*, a *Última Hora* e o *Correio da Manhã*. Como repórter fotográfico cobriu acontecimentos históricos, como a inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, e o chamado "Massacre da Praia Vermelha", nos anos 60, quando as forças de repressão invadiram a antiga Faculdade Nacional de Medicina e espancaram e prenderam centenas de estudantes. Era também professor de Fotografia da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual trabalhou durante oito anos.

Pai do jornalista Alaor Filho, Editor de Fotografia da Sucursal Rio de O Estado de S. Paulo, Alaor morreu na noite de 8 de novembro, aos 82 anos, no Hospital São Camilo, onde se internara havia 15 dias. Seu corpo foi cremado na manhã seguinte no Memorial do Carmo, onde sua filha Márcia leu um poema em que ele era mencionado como o que sempre foi: um "guerreiro revolucionário".

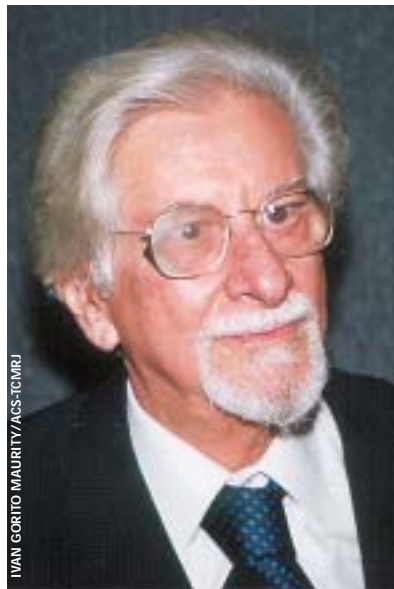
Bahia, jornalista e homem de Estado

A ficha de associado de Luiz Alberto Bahia na ABI tem aparente imprecisão: a data de seu ingresso na Casa é dada como 6 de novembro de 1938, quando ele contava apenas 15 anos, pois nascera em 14 de fevereiro de 1923. O proponente do seu pedido de filiação foi o jornalista M. Paulo Filho (Manoel Paulo Filho), Diretor do *Correio da Manhã* e que mais tarde seria Vice-Presidente da ABI.

Há aí uma contradição que jamais será esclarecida, porque Bahia morreu na ma-

drugada de 28 de novembro e não poderá indicar onde está o erro no preenchimento da proposta. O certo, porém, é que ele cumpriu uma trajetória fecunda, desde que se iniciou no jornalismo, em 1945, aos 22 anos, como colaborador do jornal *Vanguarda Socialista*, semanário de orientação trotskista fundado e dirigido pelo crítico de artes Mário Pedrosa, e deixou uma obra sólida, constituída por três livros que refletem as mudanças de seu itinerário político e intelectual: *A Dimensão Injusta – Bases para a Revolução Igualitária*, editado pela Zahar em 1968; *Soberania, Guerra e Paz*, de 1978, também da Zahar e prefaciado por Antônio Calado, e *O Fenômeno Divino e Outras Convicções*, editado em Dublin, Irlanda, em 1999.

Nesse mesmo ano de 1945 Bahia foi admitido no *Correio da Manhã* por seu proprietário, Paulo Bitencourt, e deu início a uma longa carreira profissional nos principais jornais do País, como o próprio *Correio*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, nos quais foi redator-chefe (*Correio*), editorialista (*JB*, *O Globo*), articulista (*Folha*, revis-



IVAN GORTIO MAURITZ/AGS-TCMRJ

No *Correio da Manhã*, Bahia dirigiu uma equipe que incluía uma nata de jornalistas-intelectuais.

ta *Visão*) e membro do Conselho Editorial (*Folha*). Entre 1970 e 1971, foi professor convidado do Centro para Estudos Internacionais da Universidade de Harvard, Estados Unidos; em 1975 e 1976, foi membro do Conselho de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Cambridge, Grã-Bretanha. Ele não era um jornalista comum, e sim um intelectual de grande peso, um pensador.

Bahia desempenhou também relevantes encargos de Estado: foi consultor

político do Ministério da Fazenda; membro do Conselho Administrativo do antigo BNDE; Chefe da Casa Civil no Governo Negrão de Lima, cargo de que se afastou em 13 de dezembro de 1968 com a decretação do Ato Institucional nº 5; membro desde a sua fundação do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, cargo em que se aposentou em 1993, sem deixar de se dedicar ao exame e estudo de questões da vida institucional do País, sobre as quais se manifestava com extremada competência.

Bahia trabalhou no *Correio da Manhã* com a nata dos jornalistas-intelectuais, como Otto Maria Carpeaux, Álvaro Lins, Antônio Calado, Franklin de Oliveira e Carlos Heitor Cony, que o admiravam por fazer do *Correio* "um jornal de combate", que seguia "a fórmula de sucesso de um grande jornal burguês": "conservador em economia, liberal em política e revolucionário em cultura".

Ele morreu de falência múltipla dos órgãos no Hospital Samaritano, onde se internara havia um mês. Estava com 82 anos.

Rogério, um repórter de e na política

Com a morte do jornalista Rogério Coelho Neto a imprensa brasileira perde um de seus principais repórteres políticos. Bartolomeu Brito, do jornal *O Dia*, disse lamentar a morte do antigo companheiro e amigo, com o qual trabalhou por mais de 15 anos no *Jornal do Brasil*, nos anos 80: — Ele era um grande jornalista e profundo conhecedor da política e cultivava fontes inesgotáveis nos três Poderes.

Nascido em 1936, em Niterói, onde iniciou a sua carreira como repórter do jornal *Diário do Comércio* na dé-

cada de 50, Rogério Coelho Neto trabalhou muitos anos no *JB*, onde foi subeditor e editor, e ocupou o cargo de Secretário de Assistência Social e de Comunicação Social em dois Governos do Estado do Rio de Janeiro. Foi ainda Coordenador de Imprensa do Senado e Superintendente de Comunicação da Petrobras. Casado e pai de três filhos, estava chefiando o Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Niterói e era redator da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

João Batista, o último do clã dos Flores

"É com muita tristeza que comunico a Vossa Senhoria o falecimento do meu esposo e sócio militante dessa Associação João Batista de Almeida Flores, ocorrido aos quatro dias de novembro de 2005 em Santo Ângelo", dizia a comunicação enviada à ABI por sua viúva, Leonor Fonseca Flores, que resolveu escrever à Casa ao receber correspondência dirigida a esse sócio.

João Batista, que completara 72 anos em 19 de outubro, poucos dias antes de seu passamento, era o último remanescente de um clã de jornalistas, os Flores, que tinha como patriarca Osmar de Almeida Flores, durante muitos anos Diretor de Redação da *Gazeta de Notícias*, e era integrado também por Aluizio de Almeida Flores, que trabalhou nos principais jornais do Rio e na revista *Manchete* como repórter, redator e editor. Foi pela mão de Osmar Flores que João Batista ingressou na ABI em 31 de agosto de 1982, como correspondente da *Gazeta* no Rio Grande do Sul. Embora distante do Rio, ele fazia questão de manter em dia a sua contribuição à Casa, pagando a anuidade sempre no começo de cada exercício.

Na mensagem de condolências que dirigiu à sua viúva, a ABI pediu que ela remetesse informações sobre o currículo profissional de João Batista, para incorporação ao Currículo-Geral dos Jornalistas Brasileiros/Séculos XX e XXI que a Casa começou a organizar.

Jacinto, o pioneiro de sapato branco

Embora com formação erudita, leitor que era de Nietzsche e Schopenhauer, Jacinto Figueira Júnior escolheu o caminho dos programas policiais e populares para fazer carreira e criar nome na televisão, na qual marcou sua presença e sua imagem como "O homem dos sapatos brancos", fazendo um jornalismo de denúncia e de entrevistas com pessoas comuns. Como tal, foi pioneiro, pois começou a fazer programas do gênero em 1966, em diferentes emissoras.

Jacinto deixou a atividade na televisão em 1997 quando um derrame o inabilitou para o trabalho. Passou a viver de uma aposentadoria de apenas R\$ 700,00 até padecer de falência múltipla dos órgãos, em 27 de dezembro, no Hospital Beneficência Portuguesa, no qual se internara mais de um mês antes com problemas pulmonares. Ele estava com 78 anos.

Ao explicar a razão dos sapatos brancos, que eram mostrados em close repetidas vezes em seus programas, dizia Jacinto que pessoas que usam calçados dessa cor estão preocupadas em ajudar o próximo.

REFLEXÕES ■ por José Reinaldo Marques

O dia da morte do líder Zumbi dos Palmares, 20 de novembro, é uma data de reflexões sobre a desigualdade racial no Brasil. A primeira iniciativa nesse sentido partiu do Grupo Palmares, de Porto Alegre, que criou, em 1973, o Dia do Negro. Cinco anos depois, em São Paulo, o Movimento Negro Unificado lançou o Dia Nacional da Consciência Negra.

Zumbi dos Palmares foi o líder da maior resistência negra à escravidão no País. Os historiadores ainda têm dúvida se ele teria sido trazido da África como escravo ou se era nascido no Brasil. O certo é que Zumbi, com fama de grande guerreiro, liderou o Quilombo dos Palmares de 1678 a 1695, ano de sua morte, e o transformou no maior reduto de escravos fugidos e seus descendentes da nossa História. O lugar, na região Sul da então capitania de Pernambuco, hoje Estado de Alagoas, chegou a reunir cerca de 30 mil escravos.

A vida de Zumbi, dedicada à libertação de seu povo da tirania dos poderosos da época, inspirou futuras batalhas de busca de identidade e direito à cidadania, tendo como princípio a exigência de que o Estado crie e implemente políticas de ação afirmativa e de reparação, que ajude os negros a se libertarem do que José do Patrocínio chamou de a “obra da escravidão”.

Com base no espírito democrático dos palmarinos, as gerações de descendentes de africanos cobram da sociedade um tratamento igualitário, inclusive nos veículos de comunicação. Os estereótipos raciais que estimulam o preconceito e a discriminação étnica viraram objeto de estudos acadêmicos e ganharam lugar de destaque na pauta dos debates.

Na análise que fez sobre o discurso da grande mídia, a coleção *Comunicação para um mundo novo: perspectivas brasileiras*, editada por José Marques de O. Melo, fez uma avaliação das maté-



rias publicadas em jornais do Rio e de São Paulo sobre a Copa do Mundo de 1990, na Itália, e constatou que os jogadores dos times africanos, diferentemente dos brancos, foram tratados como “primitivos, ingênuos e danosos”.

O assunto também foi debatido no seminário *Ética, estética e publicidade — o negro, o índio e a cultura da mídia*, patrocinado pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura. Sobre ele, o jornalista afro-americano Ellis Cose, editor da edição latino-americana da revista *Newsweek*, disse ser um problema pelo qual se deve continuar lutando em busca de uma solução, porque essas imagens afetam a vida real — “influenciando como as pessoas são percebidas, a mídia influencia como elas são tratadas e, de fato, influenciam o que elas podem vir a se tornar”.

Em reação a esse tipo de comportamento dos veículos de comunicação, surgiram as primeiras experiências de uma imprensa produzida por negros. Ainda no período colonial, os primeiros passos nesse sentido foram dados nas tipografias, onde os negros começavam como auxiliares, passavam para a composição e seguiam para a revisão — função que, através do acesso à leitura diária, lhes proporcionava a cul-

tura numa época hostil e de poucas oportunidades.

Essa foi a rota do grande escritor Machado de Assis e de seu contemporâneo Francisco de Paula Brito, um dos primeiros negros a se destacar nas funções de tipógrafo e jornalista. Foi ele quem editou os primeiros romances brasileiros, revelando gente talentosa, como Casemiro de Abreu e o próprio autor de *Dom Casmurro*.

Paula Brito (1809-1861) trocou o interior do Rio de Janeiro pela capital em 1824, para trabalhar na Imprensa Oficial. Mais tarde, transferiu-se para as oficinas Oignes e Seignot-Plancher, que, em 1827, lançou o *Jornal do Commercio*. Em 1831, fundou a Tipografia Fluminense de Brito & Cia e Empresa Tipográfica Dois de Dezembro, que funcionava na Praça Tiradentes, Centro da Cidade. Também foi fundador e editor de *O Homem de Cor* (1833), depois denominado *O Mulato*, primeiro jornal de combate à discriminação racial no Brasil.

Outros negros tiveram atuação expressiva na imprensa brasileira a partir do início do século XIX, como Ferreira de Menezes, fundador dos jornais *O Ipiranga* e a *Gazeta da Tarde*. Quando ele morreu, em 1881, José do Patrocínio assumiu a *Gazeta*, em que ficou mais seis anos, até lançar *A Cidade do Rio de Janeiro*, em cujas páginas deu a notícia da promulgação da Lei Áurea.

De 1915 — ano de lançamento de *O Melenick* — a 1963, a chamada imprensa negra paulista editou cerca de 32 jornais, entre os quais se destacavam o *Clarim da Alvorada* e *A Voz da Raça*. Este tornou-se o porta-voz da Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, uma das mais importantes organizações da população negra do País, e influenciou a criação de novos veículos em outros Estados, como *A Raça*, em Minas Gerais (1935); *Alvorada*, no Paraná (1936); e *União*, no Rio Grande do Sul (1943).

No fim da década de 70, ainda durante a ditadura militar, os negros manifestaram sua reorganização político-cultural, segundo o jornalista e pesquisador Togo Yoruba: — Isso se processou através dos jornais *Sinba*, no Rio, e *Jornegro*, em São Paulo, e na revista *Tiçã*, no Rio Grande do Sul.

Nos anos 80, surgiram publicações como *Ébano* (SP), *Akomabu* (MA), *Frente Negra*, *Coisa de Krioulo*, *Afro-Reggae*, *Maioria Falante* (RJ) e *Nêgo* (BA). Em 91, foi lançada no Rio a revista *Nós, we around the world* e, cinco anos depois, em São Paulo, a *Raça Brasil*, atualmente na 91ª edição.

Mesmo enfrentando as complexas engrenagens de um sistema que ainda hoje os observa como cidadãos de segunda classe e sabendo que a concorrência no mercado editorial é muito grande, os negros continuam achando necessário investir numa mídia própria, querendo atingir os patamares de seus irmãos do Norte. Fortes na comunicação — são donos de jornais, emissoras de rádio e TV, editoras e empresas de entretenimento e publicidade —, os afro-americanos desenvolveram com resultados mais expressivos a chamada consciência negra.

É importante destacar que essa visibilidade positiva só ocorreu nos Estados Unidos porque, da literatura à internet, os temas abordados por autores negros sempre se destacam pela promoção da auto-estima.

Sem abrir mão de se verem retratados pela grande imprensa com as mesmas referências positivas com que são tratados os brancos, os negros brasileiros também querem utilizar a mídia como uma ferramenta cujo impacto signifique muito mais que uma “imprensa étnica”. O principal objetivo é fazer um modelo de jornalismo que, na opinião do crítico literário e mestre em Comunicação Nathan Scott, não deve ajudar apenas outros negros, no sentido de uma compreensão

mais profunda de si mesmos: — A mídia afro-descendente deve ser um veículo que também os ajude a ser os agentes do autodescobrimento da nação como um todo.



A Revista Ilustrada, de Angelo Agostini, em uma exaltação a Patrocínio: negro, jornalista e tribuno.

